

Ano XVIII | nº 35 | JUL/DEZ 2019 | ISSN 1678-1252

Revista **Setrem**



Rede SINODAL
de Educação
IECLB

Setrem

INSTITUCIONAL

Mantenedora Setrem

Diretoria Gestão 2025-2027

Presidente: Ernani Ademir Krause

Vice-presidente: Marise Becker Dapper

Tesoureiro: Marcos Antônio Lasch

Vice tesoureiro: Quedi Sonia Schmidt

Secretária: Carla Elizabeth Becker

Vice-secretária: Telci Rusch Krause

Conselho Fiscal

Thomas Henrique Schulz

Marcos Ricardo Schulz

Mariza Sandra Scheffler Allebrandt

Ivone Bado Streicher

Mario Paulinho Kleinert

Conselho Deliberativo

Fabiani Appelt

Fábio Tesche

Neri Schroer

Equipe Diretiva

Diretor-geral: Antonio Roberto Lausmann Ternes

Vice-diretor de ensino superior: Antonio Roberto Lausmann Ternes

Coordenadora do Centro de Ensino Médio:

Fabiane Luiza Klaus Lowe

Conselho Editorial

Ms. Alexandre Chapoval Neto; Ms. Marcos Caraffa; Ms. Danielli Scaranti Wandscheer; Ms. Gilberto Souto Caramão; Ms. Leonardo Luís Ropke; Dra. Elisabete Andrade; Ms. Luthiane Pisoni Godoy

Comissão Científica Interna

Dra. Letícia Holbig Harter; Dr. Rodrigo Danielowski, Dr. Igor Kieling Severo; Dra. Elisabete Andrade; Dra. Cinei Teresinha Riffel; Ms. Luthiane Pisoni Godoy; Dr. Alessandro Bartz;

Comissão Científica Externa

Dr Claudio Schepke - UNIPAMPA (RS); Dr Cristiano Henrique da Veiga - UFU (MG); Ms Gustavo Griebler – IFF (Uruguaiana – RS); Dr João Leonardo Pires - EMBRAPA (RS); Ms Lilian Winter – FISMA (RS); Dr Luciano Bedin da Costa - UFRGS (RS); Dr Luis Carlos Zucatto – UFSM (RS); Dr Mário Luis Santos Evangelista - UFSM (RS); Dr Miguel Vicente Sellitto - UNISINOS (RS); Dr Roque da Costa Güllich – UFFS (RS); Dr Sedinei Nardelli Beber - PUC (RS); Dr Valmir Heckler - FURG (RS).

Editora-chefe: Dra. Cléia dos Santos Moraes

Capa: Assessoria de comunicação da Setrem

Revista Setrem

Revista de Ensino e Pesquisa

Ano XVIII | nº 35 | JUL/DEZ 2019 | ISSN 1678-1252

**Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem
Integrante da Rede Sinodal de Educação –
IECLB**

Editorial

A publicação desta edição representa um passo importante no processo de reestruturação e consolidação da Revista Setrem enquanto periódico científico da Sociedade Educacional Três de Maio. A edição 35 integra o movimento de regularização e organização do acervo da revista, assegurando a continuidade histórica e o registro das produções acadêmicas que contribuíram para o fortalecimento da pesquisa institucional.

Esta edição reúne trabalhos aprovados anteriormente pela comissão editorial, revisados e adequados aos atuais padrões técnicos e de editoração científica. O cuidado com a preservação da autoria e da integridade intelectual dos textos reflete o compromisso ético da revista com o respeito à produção científica e à valorização do conhecimento construído ao longo de diferentes períodos.

Os artigos aqui publicados abrangem diversas áreas do saber, entre elas Educação, Psicologia, Engenharia e Ciências Agrárias, demonstrando a amplitude e a interdisciplinaridade que caracterizam a Revista Setrem. As pesquisas apresentadas reafirmam a importância do espaço acadêmico como ambiente de reflexão, de inovação e de contribuição ao desenvolvimento regional.

Com esta publicação, a Revista Setrem dá continuidade à sua trajetória, preparando-se para os novos volumes que representarão a retomada plena do periódico, já em fase de reorganização editorial. Que esta edição sirva de ponte entre a história construída e os novos horizontes científicos que se abrem à instituição.

Prof.^a Dr.^a Cléia dos Santos Moraes

Editora da Revista Setrem

SUMÁRIO

PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE RESISTIR À NOVA ONDA CONSERVADORA BRASILEIRA..... 04

Liliana Ferreira
Vinicius Da Silva
Catiani Renata Salvati

O ENVELHECIMENTO E SEUS IMPACTOS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE....11

Camila Kuhn Vieira
Carine Nascimento da Silva
Ana Luisa Moser Keitel
Solange Beatriz Billig Garces
Patrícia Dall’Agnol Bianchi
Marcelo Cacinotti da Costa

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA GESTÃO ESCOLAR.....17

Damaris Ramson Fuhrmann Seling
Micheli Daiani Hennicka

MUITO ALÉM DA CLÍNICA: A PSICOLOGIA INSERIDA NA SAÚDE PÚBLICA.....31

Roberto Salbego Donicht
João Víctor Zandomenighi Fetter
Iliara Backof Milanese
Dra. Andrea Fricke Duarte

EDUCAÇÃO, DIÁLOGO E TRANSFORMAÇÃO O ESTUDO DE PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....37

Bruna Laís Dalcin Ott
Nairana Pinto
Silvia Natália de Mello

MAPEAMENTO DO PROCESSO PRODUTIVO EM UMA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....41

Kétlin Andressa Müller
Alexandre Chapoval Neto
Maria Margarete Baccin Brizolla

PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE RESISTIR À NOVA ONDA CONSERVADORA BRASILEIRA

Liliana Ferreira (UFRGS)^{1*}
Vinicius Da Silva (UFRGS)^{**}
Catiani Renata Salvati (UFRGS)^{***}

RESUMO

O presente estudo visa abordar, as questões da pedagogia social e da educação popular, no que tange à resistência na nova onda conservadora brasileira pós o pleito de 2018. A Pedagogia Social e educação popular fazem-nos refletir um pouco sobre o surgimento de ambas. Assim na educação popular “o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo”. Nos dias de hoje deve-se levar em conta a afirmação de Paulo Freire de que “a educação não se esconda atrás de uma falsa neutralidade e que seja, sim, um instrumento de politização do ser humano, conferindo-lhe capacidade de analisar criticamente o meio em que está inserido e lutar contra um sistema social que favorece pequenos grupos, os quais controlam inclusive o meio educacional”. Isso será possível a qualquer momento se a população lutar sempre pela educação, que é o meio pelo qual se tem acesso a tudo e pode-se exigir cada vez mais do atual governo. Ademais, “a educação vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde pode residir a sua força e a sua incidência”, A pesquisa foi realizada com método dedutivo- analítico, pesquisa bibliográfico vislumbrando os conceitos de educação popular e pedagogia social.

Palavras chave: Pedagogia social; Educação popular; Política;

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios dos tempos, quando a população se insurge contra seus governantes, quer seja por não concordar com eles, ou para exigir melhores condições à população, ou direitos fundamentais, isso se deu por meio da organização popular e civil. Na

ABSTRACT

This study aims to address the issues of social pedagogy and popular education, with regard to resistance in the new conservative Brazilian wave after the 2018 election, and social pedagogy and popular education make us reflect a little on the emergence of both. Thus in popular education "the fact that the people, in the process of fighting for social transformation, must elaborate their own knowledge, facing the unequal distribution of knowledge, incorporates it as a tool of liberation in the hands of the people." Today we must take into account Paulo Freire's statement that “education does not hide behind false neutrality and that it is rather an instrument of politicization of the human being, giving it the ability to critically analyze the environment in which it is inserted and fight against a social system that favors small groups who control even the educational environment. “This will be possible at any time if the population always fights for education, which is the means by which we have access to everything and can increasingly demand more of the current government. Moreover, it has been developed within social and political practices and this is precisely where its strength and its incidence can reside. “The research was conducted with a deductive-analytical method and bibliographic research, glimpsing the concepts of popular education and social pedagogy.

Keywords: Social pedagogy; Popular education; Politics.

atualidade brasileira, se observa que após o resultado do pleito de 2018, surge novamente a força do levante popular, por meio da educação.

Assim “os direitos humanos devem ser marcados em seus contextos de luta por um forte acento na emancipação e libertação dos indivíduos e grupos,

¹ * Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Polo Regional de Educação de Sobradinho) liliferreirabilhan@gmail.com

^{**} Graduado pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul - (Polo Regional de Educação de Sobradinho) viniciusdsp@hotmail.com

^{***} Mestre em Educação-Tutora Curso de Ciências Sociais Da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul- RS (Polo Regional de Educação de Sobradinho- RS) catianirs@gmail.com

baseados, assim, na ideia de resistência” (Neto, 2013, p. 02).

Desse modo nesse presente estudo se busca, compreender as origens e seus pressupostos da educação popular e da pedagogia social, como forma de resistir à nova onda conservadora, que se vislumbra no cenário brasileiro vindouro.

Vislumbrando para a realidade, se observa, “que a concepção universal dos direitos humanos não é suficiente para uma eficaz concretização da dignidade humana, mostrando-se extremamente necessária uma nova abordagem dos direitos humanos, sensível e mais próxima dos problemas da nossa sociedade”, e que atenda aos anseios de os cidadãos na medida das suas necessidades (Neto, 2013, p. 04).

A presente pesquisa foi realizada com método dedutivo-analítico, pesquisa bibliográfica vislumbrando os conceitos de educação popular e pedagogia social.

REFLEXÕES A CERCA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Vislumbrando o que seria a definição mais adequada quando se fala de educação popular se encontra que; “A origem deste amplo movimento tem o seu lugar no processo experimentado por grupos comprometidos com a transformação das estruturas sociais que mantêm as maiorias oprimidas” (Brandão, 1983, p. 41). Uma vez que,

[...] a crescente consciência da vida real das massas e a compreensão de sua possibilidade de superar o vicioso círculo da miséria e da opressão (oposto ao virtuoso círculo da riqueza) através de ações isoladas e fragmentadas no sistema social forçaram a busca de um novo acercamento dos adultos” (Brandão, 1983, p. 41).

Assim na lição de Brandão, (1983, p. 47), “o que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber”. Ademais, “estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando à aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador” (Brandão, 1983, p. 47).

Dessa forma, segundo versa Brandão, (1983, p. 47), a educação “é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo”. Fazendo seu objeto de alavanca social e de pertencimento, como forma de auto elevação e autonomia perante o sistema pré-estabelecido, sendo

que, [...] o fato é que se a educação popular pode ser entendida como uma atividade específica (não é toda ação assistencial, de trabalho social ou de política educativa) ela, por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separada do conjunto de práticas sociais dos indivíduos. Muito ao contrário, a educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e a sua incidência” (Brandão, 1983, p. 47).

Assim, nos primeiros escritos de Paulo Freire, a educação popular, uma forma de “prática cultural para a liberdade”, constituindo, “um movimento revolucionário de educadores surgia contra a educação institucionalizada e constituída oficialmente, seja como sistema escolar seriado, seja como educação não-formal de adultos. Emergia como proposta de *re-escrever* a prática pedagógica do ato de ensinar-e-aprender”, fazendo “repensar o sentido político do lugar da educação” (Brandão, 1983, p. 48) no contexto social.

Nesse sentido segue o autor lecionado, que: “Não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem”. Sendo que; “E ao longo do processo coletivo de transformá-la através do qual as classes populares se educam com a sua própria prática, e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular”.

PEDAGOGIA SOCIAL

Antes de analisar sua aplicação, devemos conceituar a pedagogia social, sendo que “Pedagogia Social consiste em uma disciplina científica inscrita na Ciência Pedagógica que teve o seu desenvolvimento iniciado a partir do final do Século XIX, na Alemanha”. Assim, “suas etapas de desenvolvimento se associam diretamente a momentos de crise e situações conflitivas na sociedade, circunstância que a coloca na condição de disciplina científica que emerge historicamente como possibilidade de crítica e transformação social”, ampliando “continuamente alinhada à progressiva complexidade dos sistemas sociais e dos desafios que lhe são inerentes e buscando corresponder a peculiaridades geopolíticas para superar contradições em diferentes realidades sociais” (Severo, 2017, p. 04).

Assim, a Pedagogia Social, se apresenta “como uma disciplina pedagógica e se caracteriza por aplicar um enfoque teórico-prático em problemáticas socioeducacionais”. Adquirindo, “peculiaridade entre as demais disciplinas pedagógicas e Ciências Humanas por abordar as problemáticas sociais sob o prisma educativo” (Severo, 2017, p. 04-05).

Dessa forma para Torquato, “Pedagogia Social é a teoria geral da educação social, na qual se constitui a base teórica para as práticas de Educação Popular, Sociocomunitária e Educação Social”. Ademais a, “educação social perpassa todos os setores da sociedade com o intuito de melhorar as relações humanas e sociais, seu enfoque abrange todas as faixas etárias, desde a infância até a terceira idade” (2015, p. 02).

Para Torquato (2015, p. 03), “existem várias concepções de pedagogia social”, sendo que no “Brasil ela é abordada como uma pedagogia crítica e emancipadora dos indivíduos, que se ocupa particularmente da educação social, que busca analisar as condições de desigualdades sociais, para superação das vulnerabilidades a que estão expostos milhões de pessoas na sociedade, com um intuito educativo”. Bem como, “une a reflexão pedagógica freireana com a perspectiva da mudança social considerada necessária para contribuir na solução dos problemas socioeducativos” (Caliman, 2004, p. 24).

Na Educação Social seriam estruturadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e ambientes e que não seguem a didática escolar, no sentido de apenas disseminar conteúdo. Desse ponto de vista, a formação na construção de conhecimento, a conversão da realidade e a emancipação através da conscientização crítica dos fatos do cotidiano, bem como a Educação Social podem ser considerados meios pelos quais as práticas educativas atingem tais objetivos. Isso não significa dizer que a educação que acontece na escola não possa ter a mesma finalidade (Machado, 2006, p.6)

Destaca-se esse método de ensino como um instrumento “anti” desigualdades sociais, ela tem o papel de construir toda a identidade moral de um indivíduo, resultando em uma “comunidade”. Freire defendia a ideia de que a Educação Social resulta na transformação social de cada indivíduo.

A EDUCAÇÃO NA NOVA ONDA CONSERVADORA BRASILEIRA

A história da educação no Brasil inicia-se no período colonial, quando tiveram início as relações entre Estado e educação, por meio dos jesuítas que chegaram em 1549, chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega. Ao analisar a trajetória da educação brasileira poderemos observar que as transformações que aconteceram estavam ligadas ao momento político de cada época e que a repetência escolar já começa a se instituir no início do século XX.

Até os dias de hoje muito tem se alterado no planejamento educacional. Podemos dizer que a História da Educação Brasileira tem um princípio, meio e fim bem demarcado e facilmente observável. Ela é feita em rupturas marcantes, onde em cada período determinado teve características próprias. A bem da verdade, a educação brasileira passou por evolução, mas também por rupturas inseridas no processo.

O que se observa é que durante toda a história da educação brasileira sempre estiveram presentes os jogos de interesse. Assim apesar do transcurso histórico de mais de 500 anos, ainda há muito a evoluir nas questões educacionais brasileiras, que apresentam descompasso entre a legislação (os ideais registrados nas leis) e a prática (o contexto atual), o que afeta diretamente o sucesso ou insucesso de milhares de estudantes.

Neste contexto, observa-se cada vez mais o fortalecimento de ações e movimentos de caráter conservador e reacionário em diferentes campos, e particularmente no campo da educação. Nesta perspectiva, torna-se ainda mais necessário ampliar nossa capacidade de compreensão desses movimentos e do desenvolvimento educacional analisando suas fontes ideológicas, organizacionais e financeiras, além da participação ativa na construção de respostas para os crescentes desafios apresentados (Martins, p. 3-6, 2018).

Entre as iniciativas conservadoras ou reacionárias, destacam-se o dito “Projeto Escola Sem Partido” e a campanha acerca da “ideologia de gênero” difundida por agentes ligados a partidos ultraconservadores e setores religiosos.

Este movimento acerca da escola sem partido já causa perseguições aos docentes. Basta ver observar nas redes sociais a onda de ataques feitos pelos defensores do movimento.

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública (Escola sem partido, 2016).

Diante disso questiona-se qual seria a função da escola? O papel principal da escola seria, no mínimo, cumprir o que determina a lei. Basta verificar Constituição Federal de 1988, segundo a qual a educação deve ter como objetivo “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205, II). Os princípios para essa educação são vários, mas convém destacar um: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Brasil, 1988, art. 206, II).

Nesta perspectiva o movimento “Escola sem partido” pode ser questionado pela educação freireana que coloca o professor como um agente que leva o aluno a ser investigador e questionador estando livre para construir novas leituras da realidade.

a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir “conhecimentos” e valores aos educandos meros pacientes à maneira da “educação bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos em torno de um mesmo objeto cognoscível (Freire, 1987, p.39).

No que se refere à temática Escola sem partido, a realidade se apresenta de forma em que o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem traz a percepção e a predominância do modelo conservador.

Já a denúncia da dita “ideologia de gênero” não esconde suas raízes profundamente reacionárias, machistas e LGBTTFóbicas, fazendo uso de preconceitos ainda enraizados no imaginário popular para fazer a defesa de um suposto fundamento natural e/ou divino da família nuclear, da divisão sexual tradicional do trabalho e da heterossexualidade.

A ideologia do gênero é uma expressão cunhada por pessoas e organizações que se posicionam contra a inclusão do ensino sobre gêneros e sexualidade nos planos de educação aos níveis nacional, estaduais e municipais. Essa batalha foi tomada, principalmente, pela bancada evangélica, formada por senadores, deputados estaduais e vereadores evangélicos; católicos e políticos mais conservadores.

O contexto atual das discussões sobre gênero e sexualidade na escola é altamente complexo e está

inserido num conjunto amplo de mudanças e retrocessos pelos quais estamos passando no Brasil, do ponto de vista político, social, econômico e cultural. Neste mesmo contexto, porém se faz importante realizar uma análise do papel da escola acerca da promoção da cidadania e da democracia no ambiente educativo. Ratier destaca que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN),

[...] cidadania deve ser compreendida como “participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais”. Sua adoção no dia a dia se exprime em “atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (Ratier, 2016, p. 33).

A escola é um ambiente propício para o desenvolvimento da cidadania e do respeito ao próximo. Proibir o debate sobre um assunto tão perceptível na sociedade atualmente, seria contribuir para o fortalecimento de preconceitos como o machismo e o sexismo, e reproduzindo uma escola opressora e discriminadora. Nesta perspectiva várias consequências seriam postas à sociedade.

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (Junqueira, 2009, p.15).

Diante disso, um modelo conservador ligado à educação intensificaria sistemas de opressão e a discriminação, incluindo a discriminação contra LGBTs e a marginalização da mulher dentro das relações sociais de sexo. Desta forma a escola deve ter como papel fundamental no processo de socialização, reduzindo as formas de preconceito e sendo promotora do respeito às diferenças.

PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR, OUTRO OLHAR PARA A REALIDADE

A pedagogia social, como mencionado por Costa, consiste em uma junção de Educação Popular, Educação Sócio-comunitária e Práticas de Educação não escolares, licenciadas por um pedagogo que atua em instituições não-escolares.

Destaca-se esse método de ensino como um instrumento “anti” desigualdades sociais, pois tem o papel de construir toda a identidade moral de um

indivíduo, resultando em uma “comunidade”. Freire defendia a ideia de que a Educação Social resulta na transformação social de cada indivíduo.

Esta relação entre a sociedade e a educação, por fim resgata crianças e adolescentes que não têm condições de ter um acesso à educação básica. O educador entra não somente para uma educação cognitiva, mas também para uma educação de aspecto social, influenciando de maneira pedagógica e psicológica, essas crianças e adolescentes a superarem os problemas do dia a dia.

Dentre a sociedade brasileira, nota-se diversas maneiras para mudanças nessa educação social, auxiliando cada vez mais crianças e adolescentes. Já que muitas vezes, tem-se a visão de que o espaço da rua é um ambiente de marginalização, impróprio para que alguém aprenda alguma coisa. E assim “crescesse a real importância de desenvolver uma prática pedagógica não-formal que esteja inserida neste contexto de resgate de crianças e adolescentes de rua, com propostas que levem os mesmo a conhecerem suas possibilidades futuras como cidadão” (Albertassi, 2010, p.4).

Dentre os aspectos de pedagogia social e educação popular, é necessário se destacar que ambas têm importância. Primeiramente por se tratar de que na maioria das sociedades existem problemas e desajustes, como por exemplo, pobreza extrema, o abandono escolar, a violência nas ruas e a falta de expectativa profissional são circunstâncias que têm relação direta com os grupos mais humildes, que afetam de maneira muito especial os setores mais desfavorecidos. E além disso, por estar ligado a inclusão social.

Assim “qualquer educação voltada para o povo era considerada educação popular”. Assim, “esta descrição sugere que a educação popular nasce no seio da baixa classe social, a classe subalterna e marginalizada, a qual detém conhecimentos prévios, fruto da sua vivência e podem ser transmitidas as outras classes. Neste sentido, a educação popular significa aprender a partir do conhecimento do sujeito” (Bezzerra; Safira, 2014.).

A educação popular também pode ser considerada como um método de educação, desde que sejam valorizados os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos saberes (Brandão, 1984).

Considerando isso, é notável, na nova governança, a falta de “estímulo” à educação. Não destacando-se apenas a pedagogia social e a educação popular, mas também ao amplo. Levando-se em consideração de que é por meio dela que teremos uma

notável mudança na nova onda conservadora que aplicou-se ao nosso país.

Assim “é importante que a educação garanta a igualdade de oportunidades, à medida que ela é um dos meios garantidos de proporcionar inclusão. É por isso que é imprescindível que o Estado não só dite o plano de estudo, mas também ajude os mais impossibilitados de ter acesso à educação” (Brandão, 1984).

DIREITO A RESISTÊNCIA

Os direitos humanos são uma construção social e histórica do século XVIII que se firmou com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em 1948. O qual a resistir e uma parte desses direitos, tal qual o resistir a uma ordem manifestam ente ilegal, ou seja, o soldado ao constatar, que seu superior lhe ordena a fazer algo ilegal se recusa a fazê-lo (Silva, 2016, p. 01).

Desse modo, “o direito de resistência fundamental, da forma como é aparentemente reconhecido na ordem jurídica constitucional brasileira, mostra-se completamente afastado da realidade social e sofre uma série de limitações e divergências quando posto em prática”, sendo “reconhecido como última opção da sociedade contra a opressão ou inércia do Estado. Ou seja, como *ultima ratio*”, portanto “o direito de resistência fundamental reveste-se de excepcionalidade, condição última da ação, diante da insuficiência de todos os outros meios jurídicos dispostos pela ordem”. Nesse sentido, “deparamo-nos diariamente com a ineficiência do poder público e de suas instituições em garantir de maneira equânime à sociedade o acesso aos bens necessários a uma vida digna” (Neto, 2013, p. 04).

Nesse sentido leciona Bittar (2017, p.06): “A desobediência civil é forma de participação política indireta da sociedade nas decisões do Estado, e ressurge no século XIX, vinculada à questão dos impostos e à cidadania, pela obra de Henry-David Thoreau, cujo título original consta, expressivamente, *On the duty of civil disobedience*”.

Está esculpido na Declaração Universal dos Direitos do Homem: o direito de resistência- Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, este direito implica a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão independentemente das fronteiras.

É o direito fundamental que diz respeito à manifestação dos sentimentos do indivíduo, sua criatividade, juízo de valor, conceitos. A Constituição da República traz em seu artigo 5.º, IX, que o direito de expressão manifestação por meio de juízos de valor (Bittar, 2017, p. 06).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diante do exposto, nota-se uma grande necessidade do cidadão de classe mais baixa, ter sua autonomia na sociedade, a sensação de pertencimento, de compreender os por quês das coisas, ou seja, por meio da educação popular, vai lhe dando, uma grande consciência de seu papel na sociedade bem como do seu valor em quanto cidadão.

Desse modo “o debate franco, livre, aberto, pacífico, geralmente é a opção que traz resultados interessantes para a democracia”, vindo a prevenir contra erros graves oriundos de medidas unilaterais ou permeados por interesses particulares e escusos por parte dos líderes do país.

Assim se vislumbra a grande importância sendo que, na atualidade do debate acerca da educação e dos direitos humanos no Brasil justifica as investigações de

caráter pluralizado, sobretudo quando o país é marcado por discursos homogeneizadores e transparentemente preconceituosos, como é o caso do que se percebe atualmente no Brasil.

Essa discussão implica, ainda, no questionamento do papel da educação na produção das desigualdades nos ambientes educativos, problematizando questões caras à educação, como seu papel emancipador, entre outros. Nesta perspectiva percebe-se que o papel emancipador do indivíduo está relacionado à educação e é o que leva o indivíduo a atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna.

Assim, quando as pessoas que não estão satisfeitas com seus governantes são livres para se organizarem e pleitearem pacificamente as mudanças necessárias, quer seja por mobilização ou por atos em defesa dos interesses do povo. Estando em período eleitoral, “poderá fazê-lo em campanhas, atividades sociais, participando como candidato, no exercício de seus direitos políticos positivos ativos, ou passivos mediante voto”. Agora, quando fora do período eleitoral, pode e deve utilizar-se das manifestações e mobilizações populares, sendo que a democracia exige a participação permanente e ativa do povo. É o que faz da democracia o que ela realmente é.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTASSI, Thainá. **Pedagogia Social de Rua**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16229085-Pedagogia-social-de-rua.html> Acesso em: 11 de julho de 2019.

BEZERRA, Francisco de Assis Pinto; SAFIRA, Bruna. **Educação popular**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/5027625> Acesso em: 18 de junho de 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha dos (Org.). **Educação, direitos humanos e exclusão social**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-e-direitos-humanos_ebook.pdf Acesso em: 06 abril 2019.

BITTAR, MARCELO BUCZEK, O direito de resistência e as manifestações populares no Brasil.

Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, v. 96, p. 3-24, jul./ago. 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDConsInter_n.96.07.PDF Acesso em: 08 abril 2019.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, v. 12, n. 23, p. 341-368, 2. Sem. 2010. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf> Acesso em: 06 abril 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. Planeje sua denúncia. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/planeje-sua-denuncia/>. Acesso em: 24 jun. 2016.

COSTA, Magnólia Maria Oliveira; SOARES, Maria Cleoneide; MEDEIROS, Normândia de Farias Mesquita. A relação do pedagogo com a pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CINTEDI, 3., 2016, Campina Grande. **Anais[...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/>

[TRABALHO_EV060_MD1_SA10_ID567_23102016215852.pdf](#) > Acesso em: 11 de julho de 2019.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In. JUNQUEIRA, R. D. (Org). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio comunitária. **Pedagogia Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 99-112, jan./jun.2003. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa_8_texto_evelcy.pdf > Acesso em: 06 abril 2019.

MARTINS, Marcos Francisco; GROPPPO, Luis Antonio; BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Apresentação do dossiê temático: movimentos sociais conservadores e educação. **Crítica Educativa**, Sorocaba, vol. 4, n. 2, p. 3-6, Set./ Out.2018.

SILVA, Daniel Carvalho Cisneiros. **Campanhas virtuais & direitos humanos: aspectos discursivos dos “retratos de ativismo”**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27089> > Acesso em: 08 abril 2019.

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o “Escola sem partido”. In: *A ideologia do movimento escola sem partido*. São Paulo: Ação educativa; 2016. p. 29-41. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/movimentos-conservadores-e-educacao-no-brasil-atual-por-luis-antonio-grosso-e-maria-carla>. Acesso em: 20 maio 2019.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. O horizonte da pedagogia social: uma perspectiva de aproximação conceitual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2122-2137, out./dez.2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8802/6945> > Acesso em: 06 abril 2019.

TORQUATO, Rosane Andrade *et al.* **Pedagogia Social – o pedagogo em atividades socioeducativas**. In: XII Educere Congresso Nacional de Educação. 2015. p. 2176-1396. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19899_9696.pdf > Acesso em: 06 abril 2019.

Educação - Conceito, o que é, Significado. Disponível em: <<https://conceitos.com/educacao/>> Acesso em: 18 de julho de 2019.

Pedagogia Social - Conceito, o que é, Significado. Disponível em: < <https://conceitos.com/pedagogia-social/> > Acesso em: 18 de junho de 2019.

O ENVELHECIMENTO E SEUS IMPACTOS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Camila Kuhn Vieira²

Carine Nascimento da Silva³

Ana Luisa Moser Keitel⁴

Solange Beatriz Billig Garces⁵

Patrícia Dall'Agnol Bianchi⁶

Marcelo Cacinotti da Costa⁷

“Nascer é uma possibilidade. Viver é um risco. Envelhecer é um privilégio!”

(Mário Quintana)

RESUMO

Com a transição demográfica em ritmo acelerado e o envelhecimento cada vez mais discutidos, surgem questões preocupantes e emergentes no cenário das políticas públicas, sociais e de saúde. No âmbito da saúde os desafios enfrentados decorrem da transição epidemiológica, em que a população idosa consome mais serviços e necessita de cuidados contínuos. No contexto social emergem discussões sobre políticas públicas que promovam o bem-estar social, mental e físico. Assim, um dos desafios principais do envelhecimento, em perspectiva de curto prazo, é efetivar as políticas públicas sociais e de saúde existentes, além de colocar o idoso como protagonista da sociedade, garantindo a sua dignidade e qualidade de vida.

Palavras-Chave: Envelhecimento Humano. Políticas Públicas. Saúde. Políticas Sociais.

ABSTRACT

With the fast-paced demographic transition and the increasing discussion on aging, emerging and concerning issues arise in the context of public, social, and health policies. In the health field, the main challenges result from the epidemiological transition, in which the elderly population consumes more services and requires continuous care. In the social context, debates emerge regarding public policies that promote social, mental, and physical well-being. Thus, one of the main challenges of aging, in the short term, is to implement the existing social and health policies, in addition to placing the elderly as a protagonist in society, ensuring their dignity and quality of life.

Keywords: Human aging. Public policies. Health. Social policies.

INTRODUÇÃO

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta –UNICRUZ. Bolsista CAPES. Graduação em Enfermagem – UNICRUZ. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: camilakuhn1994@hotmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta –UNICRUZ. Bolsista CAPES. Graduação em Fisioterapia –UNICRUZ. E-mail: kaca_nascimento@hotmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta –UNICRUZ. Bolsa Taxa CAPES. Graduação em Direito – UNICRUZ. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: analuisakeitel@hotmail.com

⁵ Doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br

⁶ Doutora em Ciências Biológicas. Docente do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: pbianchi@unicruz.edu.br

⁷ Doutor em Direito. Docente do Programa de Pós-Graduação de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: marcosta@unicruz.edu.br

O envelhecimento populacional é um dos maiores fenômenos demográficos, iniciado no final do século XX e início do século XXI no Brasil e no mundo, resultante do declínio da fecundidade e aumento da expectativa de vida. Camarano (2014, p.50) expõe que “[...]a fecundidade declinou em quase todos os países, à exceção dos da África subsaariana. O declínio foi também num ritmo sem precedentes na história”. Ainda a autora ressalta que a diminuição nos índices de fecundidade em escala mundial “passou de 4,9 filhos por mulher para 2,5 entre 1950 e 2010” (Camarano, 2014, p.50).

Com essa mudança demográfica vivenciamos um acelerado avanço da população idosa, em a relação à população jovem. “A expectativa de vida aumentou expressivamente como resultado da redução da mortalidade em todas as idades. Passou de 46,9 para 68,7 anos nesse período” (Camarano, 2014, p.50). Assim, essa transição demográfica traz em contrapartida a transição epidemiológica, o aumento da prevalência das morbidades (doenças crônicas não transmissíveis - DCNT) e maiores gastos do Estado em atendimento e em serviços de saúde.

Neste contexto, surgem questões preocupantes e emergentes que precisam ser enfrentadas e discutidas à luz da realidade atual, como por exemplo, novas demandas nos setores sociais e de saúde. Como se sabe, a população idosa apresenta elevados índices de doenças crônicas, principalmente hipertensão, diabetes, dores articulares entre outras, ocasionando cuidados contínuos e o aumento no uso dos serviços assistenciais ligados à saúde.

No âmbito social, destaca-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 230, que dispõe: “[...] a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988, p. 01). Logo, a promoção do bem-estar social, mental e físico vai ao encontro da garantia da qualidade de vida da população, emergindo então, desafios e demandas impactantes perante as políticas públicas sociais e de saúde.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do envelhecimento nos setores sociais e de saúde, ressaltando a necessidade de um adequado enfrentamento desse fenômeno social no que tange à promoção de políticas públicas.

A pesquisa caracteriza-se como uma Revisão Bibliográfica oriunda das indagações do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH, alocada ao Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, por meio da disciplina de Cidadania e Inserção Social para Populações Idosas.

Para tal, foram utilizados a Plataforma do Google Acadêmico, a Biblioteca Virtual em Saúde, legislações pertinentes e livros que abrangem a presente temática. Os critérios de inclusão dos artigos científicos foram: originalidade; disponibilidade na íntegra; língua portuguesa; e a afinidade com a proposta. O critério de exclusão, foi: artigos que não atendessem aos critérios de inclusão.

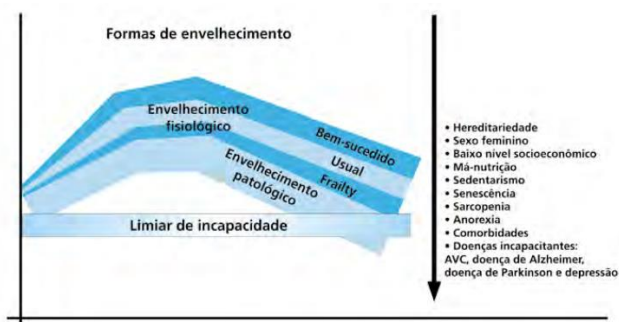
IMPACTOS E DESAFIOS DO PROCESSO DE ENVELHECER: PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E DE SAÚDE

O envelhecimento é um processo natural de heterogeneidade, ou seja, não é igual para todos, e depende das experiências vivenciadas por cada indivíduo. Assim, destaca-se que “[...] o envelhecimento biológico pode ser fisiológico (senescência) ou patológico (senilidade). O envelhecimento fisiológico pode ser subdividido em dois tipos: bem-sucedido e usual” (Moraes, 2008, p. 153).

Desta forma, no envelhecimento usual há algumas perdas progressivas na capacidade funcional; no entanto, isso não acarreta em incapacidades, mas traz algumas limitações à pessoa idosa. Além disso, no envelhecimento fisiológico ressalta-se os idosos que apresentam alterações fisiológicas mais significativas, caracterizando a síndrome da fragilidade (*frailty*) (Moraes, 2008). No gráfico 1, apresenta-se os tipos de envelhecimento e os principais fatores de risco para a síndrome de fragilidade.

Gráfico 1 – Formas de envelhecimento e fatores de risco para Síndrome de fragilidade

METODOLOGIA



Fonte: Moraes (2008)

Com isso, o envelhecimento humano é um processo natural, dinâmico, irreversível que ocasionam mudanças bioquímicas, fisiológicas, morfológicas relacionadas com as perdas na massa óssea e muscular mediante as alterações hormonais, deficiência dietética, diminuição da capacidade funcional e flexibilidade (Spirduso, 2005).

Essas perdas naturais do envelhecer podem ser agravadas por fatores de risco ambientais, como infraestrutura/arquitetura inadequada nos espaços domésticos provocando principalmente quedas. Conforme estudos que analisam comunidades em determinado período de tempo “indicam que de 30% a 60% da população com mais de 65 anos que vive em comunidade cai anualmente, e metade apresenta quedas múltiplas” (Vilela; Moraes; Lino, 2008, p. 215).

Com o aumento de incidência de quedas entre a população idosa, considerado como um dos grandes fatores de risco de mortalidade entre pessoas com mais de 60 anos de idade, aumentam também as internações hospitalares (cuidados e atendimento às pessoas vítimas de fraturas e outras intercorrências). Por outro lado, considerando que a população idosa já necessita de atendimento e cuidados específicos contínuos, estes associados às doenças crônicas e degenerativas típicas da idade avançada (hipertensão, diabetes, osteoporose, demências), o resultado disso é, sem dúvida alguma, um grande aumento na demanda de saúde associada a pessoas que possuem fatores de risco ligados à essa determinada faixa etária. Em suma, os serviços de saúde são mais utilizados por idosos decorrente destes dois fatores (internações hospitalares por quedas e cuidados contínuos pelas doenças crônicas), impactando nos custos públicos, “[...] o Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2006, gastou R\$ 49.884.326,00 com internações de idosos com fratura de fêmur e R\$ 20.000.000,00 com medicamentos para tratamento da osteoporose” (Portal ENSP, 2008 *apud* Paula, 2010, p. 1001).

Assim, inicia-se a prevalência de internações no início do ciclo de vida, ou seja, nascimento, reduzindo-

se com a idade, até o início da juventude. Marinho, Cardoso e Almeida (2014, p. 513) apontam que “para a população feminina entre 20 e 40 anos, após este período inicial de queda, há um crescimento significativo no número de internações, que pode ser facilmente explicado pela maternidade”. E, ainda “[...] Para a população masculina nesta mesma faixa etária, também se observa um aumento, que pode ser resultado das internações associadas às morbidades por causas externas” (Marinho; Cardoso; Almeida, 2014, p. 513).

À vista disso, “[...]enquanto o número de internações das mulheres decresce, o dos homens aumenta até os 70 anos. A redução a partir daí pode ser explicada por um menor volume populacional, dada a alta taxa de mortalidade neste grupo” (Marinho; Cardoso; Almeida, 2014, p. 513).

Nunes (2004) *apud* Marinho, Cardoso e Almeida (2014) salientam três razões para o crescimento do custo dos serviços de saúde para a população idosa: primeiramente pelo tratamento decorrente dos índices elevados de morbidade, sendo mais caro (doenças crônico-degenerativas); segundo, pelas taxas de internações hospitalares, consumindo mais os serviços assistenciais; E, terceiro pelo valor (custo) médio de internação é maior nos idosos, principalmente idosos mais velhos.

Nessa perspectiva, os impactos e desafios do envelhecer são vistos também por meio das políticas públicas sociais. Paula (2010, p.34) ressalta sobre a transição demográfica, “[...] os países em desenvolvimento tiveram de encarar um problema a mais: infraestrutura necessária para responder às demandas da população idosa. O envelhecimento populacional torna-se um problema social”.

Os direitos sociais dos idosos estão pautados no Estatuto do Idoso, na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional do Idoso. Schwartzman (2007, p. 36) ressalta que:

Os direitos sociais são os direitos ao acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e a convivência social. As definições de quais sejam esses direitos, de que forma eles são estabelecidos e de qual é a responsabilidade da autoridade pública de supri-los tem sido objetivo de grandes discussões filosóficas e conceituais, assim, como de processos políticos e institucionais pelos quais determinados direitos se vão transformando em leis, ou pelo menos em expectativas consideradas legítimas. Os direitos sociais são objeto de políticas sociais implementadas de maneira mais pragmática, adquirindo, por vezes, força de lei.

A Política Nacional do Idoso (Lei nº8.842/94) tem como objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994, p.01). Já, o Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/2003) expõe, Art. 9, “[...]é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003, p. 01).

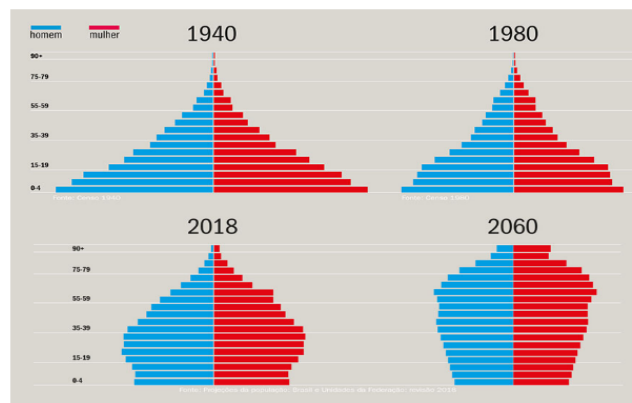
Dessa forma, os direitos dos idosos, como direitos fundamentais, estão ligados à proteção, à defesa, à garantia de participação, de emancipação, de autonomia, de independência e, principalmente, assegurando a todos um conceito mais amplo e abrangente de dignidade da pessoa humana. Pois, até a Constituição Federal de 1988, a saúde brasileira, em regra, era direcionada ao regime privado, sendo que o atendimento gratuito era prestado por entidades (instituições) filantrópicas (Costa; Lima, 2018). Ainda os autores revelam que:

[...] no atual marco histórico, aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) da população brasileira depende do SUS (rede pública), ao passo que 25% (vinte e cinco por cento) dispõem de plano de saúde privado, o que revela a necessidade de uma compreensão holística do serviço público de saúde, à luz do princípio da igualdade (Costa; Lima, 2018, p. 27).

Nesse contexto, é necessário destacar que passa-se a viver em uma era envelhecida, como caracteriza Camarano (2014) - uma era superenvelhecida -, em que um dos maiores indicadores do envelhecer são as mudanças demográficas ocorridas, as quais fazem as projeções desses retratos populacionais ao longo dos anos, da atualidade e principalmente projeções futuras.

A mudança (inversão) da pirâmide etária da população, estreitamento (diminuição) da base e expansão do corpo e topo (adultos e idosos), pode ser visualizada no gráfico 2, e constata-se que “[...] a relação entre a porcentagem de idosos e de jovens é chamada de “índice de envelhecimento”, que deve aumentar de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060” (IBGE, 2019, p. 22).

Gráfico 2- Projeção demográfica 1940 a 2060



Fonte: IBGE, 2019.

Logo, novas demandas e desafios nos setores sociais e de saúde já estão ‘batendo à porta’, fazendo-se necessária uma imediata reação de parte do Estado e da própria população. Esta realidade que vem sendo alardeada há tempos precisa urgentemente ser encarada, pois o Brasil terá que necessariamente adaptar-se a essa nova paisagem. O perfil envelhecido da população exige uma reação política do Estado, principalmente no que se refere à implementação de políticas públicas voltadas a preparar todos para esta nova realidade. O planejamento para esse Brasil mais velho, com mão-de-obra menos dinâmica, com mercado de trabalho constantemente sendo redesenhado, com altos custos de assistência social e com pressões previdenciárias já precisava estar em andamento, embora não seja esta a tendência verificada no atual cenário político.

Quando se fala em políticas públicas em direitos sociais, nota-se que são demandas que encontram maiores dificuldades de serem percebidas como autêntico direito humano e fundamental. Como ressaltam Furlan e Savaris (2017, p.190), “os direitos de assistência social carregam o estigma de serem considerados direitos menores, se comparados aos demais direitos de seguridade social e, ainda mais débeis se comparados aos direitos humanos”.

Embora os direitos à saúde e à assistência social tenham uma origem histórica no Brasil ligada a direitos dos trabalhadores e de seus dependentes, com o advento da Constituição/1988 a Seguridade Social passou a erigir como princípio fundamental o da *Universalidade de cobertura e de atendimento* (art. 194, inc. I, CF) (BRASIL, 1988). Como consequência, a proteção é devida não só àqueles que podem contribuir com o sistema, mas a todos, indistintamente.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2013) vem ratificando que a natureza fundamental do direito à assistência social vincula toda a atividade estatal, a qual não é dado, portanto, oferecer-

lhe proteção insuficiente (Rcl 4374, rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 18-4-2013, Dje 4-9-2013).

Desde sempre a velhice é tema que exige a intervenção estatal, pois a redução da capacidade laborativa pela idade ronda os cuidados com o homem, já que é vista como motivo de abandono, invalidez e diminuição da autonomia.

Embora a Constituição da República e demais leis infraconstitucionais tenham uma amplitude elogiável no ordenamento jurídico brasileiro (vide arts. 40, 201, 203 e 230, CF e Lei 8.842/94) (Brasil, 1988; Brasil, 1994), dispondo sobre o respeito à dignidade e bem estar social, seguridade social, prevendo políticas de cidadania e integração social, o aumento da população idosa parece não estar sendo devidamente percebida pelo Estado, pois, mesmo diante de inúmeros trabalhos e pesquisas realizadas nas últimas décadas sobre o tema, a inércia é a tônica percebida pela condução política no País, que evita tratar desse fenômeno social que trará incontáveis transformações sociais, afetando a economia, o mercado de trabalho, a seguridade social, entre outras.

Embora, nos últimos instantes, a política brasileira tenha sido marcada por alterações nos regimes de previdência social, ainda é muito pouco. As transformações devem partir também de conscientização dos diversos setores da sociedade civil organizada, já que, alterações significativas na faixa etária da população e que repercutem, dentre outras coisas, no perfil do consumidor, na organização do trabalho, no crescimento da natalidade...não podem ser enfrentadas tão-somente com o equilíbrio das contas públicas do setor previdenciário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 28 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 04 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário Reclamação 4.374 Pernambuco. **Benefício assistencial**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento é uma realidade que atinge toda a sociedade, sendo que essa mudança demográfica caracterizada por um superenvelhecimento, pelo aumento da expectativa de vida populacional e pelo declínio da fecundidade ao longo dos anos. Surgem, então, questões preocupantes e emergentes que precisam ser enfrentados e discutidos com essa nova realidade, principalmente em demandas (políticas públicas) nos setores sociais e de saúde.

Juntamente com essa transição demográfica evidencia-se a transição epidemiológica, em que a população idosa apresenta elevados índices de doenças crônico-degenerativas, consumindo mais os serviços de saúde e necessitando de cuidados contínuos, impactando consequentemente no setor econômico, ou seja, nos custos (contas) públicos no âmbito da assistência à saúde.

No contexto estatal-social, a velhice é tema que exige a intervenção estatal, pois a redução da capacidade laborativa pela idade ronda os cuidados com ser humano, já que é vista como motivo de abandono, invalidez e diminuição da autonomia.

Assim, conclui-se que o Brasil terá que adaptar-se a essa nova paisagem (envelhecimento humano), em que o desafio principal do envelhecimento, em perspectiva de curto prazo, é efetivar as políticas públicas (sociais e de saúde) já existentes, trazendo o idoso como protagonista da sociedade, assegurando o seu completo bem-estar (autonomia e independência) por meio da participação nos espaços públicos e as relações dos serviços assistenciais de saúde com os de assistência social.

de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. 18 de Abril de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4439489>>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.741/2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 3 out. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia (org.) **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

COSTA, Marcelo Cacinotti. LIMA, Vinicius de Melo. **Direitos Sociais e Narrativas Processuais: o policentrismo decisório na democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

FURLAN, Anderson. SAVARIS, José Antônio. Políticas Públicas de Assistência Social. In: Gilmar

Ferreira Mendes; George Salomão Leite; Glauco Salomão Leite; Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (Coord.). **Manual dos direitos da pessoa idosa**. São Paulo: Saraiva, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro Geográfica Estatística. **Longevidade: viver bem e cada vez melhor**. In: Camille Perissé; Mônica Marli. Caminhos para uma melhor idade. Retratos a revista do IBGE, nº16, Fev. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf>. Acesso em: 28 Out 2019.

MARINHO, Alexandre; CARDOSO, Simone de Souza; ALMEIDA, Vívian Vicente de. Envelhecimento populacional e gastos com saúde no Brasil. In: Ana Amélia Camarano (Org.) **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

MORAES, Edgar Nunes de. Processo de envelhecimento e bases da avaliação multidimensional do idoso. In: Ana Paula Abreu Borges e Angela Maria (org) Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Castilho Coimbra. – Rio de Janeiro: EAD/Ensp, 2008.

PAULA, Fátima de Lima. **Envelhecimento e quedas de idosos**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SPIRDUSO, Waneen Wyrick. **Dimensões físicas do envelhecimento**. Tradução Paula Bernardi. Barueri (SP): Manole, 2005.

VILELA, Ana Lucia; MORAES, Edgar Nunes de; LINO, Valeria. Grandes síndromes geriátricas. In: Ana Paula Abreu Borges e Angela Maria (org) Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Castilho Coimbra. – Rio de Janeiro: EAD/Ensp, 2008.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA GESTÃO ESCOLAR

Damaris Ramson Fuhrmann Seling⁸

Micheli Daiani Hennicka⁹

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o coordenador pedagógico na gestão escolar, objetivando analisar o papel do coordenador pedagógico na gestão escolar, seus desafios e como acontece a atuação da coordenação pedagógica em uma escola particular e em uma escola municipal de Santo Ângelo/RS. Inicialmente são apresentados dados sobre a democratização da gestão escolar e uma análise histórica da atuação do coordenador pedagógico nas escolas. A metodologia de pesquisa teve uma abordagem qualitativa, sendo realizado um estudo de caso, utilizando o questionário como instrumento de coleta de dados. Este questionário foi respondido por duas coordenadoras pedagógicas, uma atuante em uma escola particular e outra em escola municipal, em Santo Ângelo/RS. Após a análise dos dados da pesquisa são trazidas as considerações finais acerca do papel do coordenador pedagógico no contexto da gestão escolar democrática. Os resultados apontam para a importância da atuação deste profissional, em parceria com o gestor, mediando também as relações que se estabelecem nas instituições de ensino. Alguns desafios precisam ser superados, entre eles o resgate de identidade por parte dos próprios coordenadores pedagógicos sobre sua função e também por parte da comunidade escolar em relação à atuação deste profissional. Da mesma forma, conclui-se que a gestão democrática, na prática, ainda precisa de grandes avanços.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico. Gestão Escolar Democrática. Participação.

INTRODUÇÃO

A coordenação pedagógica integra a gestão escolar, com o intuito de acompanhar o processo didático-pedagógico da instituição e coordenar a

ABSTRACT

The presente research has as its theme the pedagogical coordinator in school management, aiming at analyzing the function of the pedagogical coordinator in school management, its challenges and how pedagogical coordination takes place both in a private school and in a municipal school in Santo Ângelo/RS. First, the study. The present research presents data on the democratization of school management and a historical analysis of the performance of the pedagogical coordinator professional in schools. The research methodology for this study took a qualitative approach, carrying out a case study by using a questionnaire as the instrument to collect data. This questionnaire was answered by two pedagogical coordinators, one active in a private school and another in a municipal school, in Santo Ângelo / RS. After analyzing the data, the study makes considerations about the function of the pedagogical coordinator within the context of democratic school management. The results point to the importance of the performance of this professional, in partnership with the school manager, mediating also the relationships that are established in educational institutions. Some challenges need to be overcome, among them the identity search by the pedagogical coordinators themselves on their role and also on the part of the school community in relation to this professional's performance. In the same way, it is concluded that democratic management, in practice, still needs great advances

Keywords: Pedagogical Coordinator. Democratic School Management. Participation.

elaboração do projeto político-pedagógico. No entanto, esta é uma função que está envolvida em muitas outras atribuições, dificultando o alcance desses objetivos. O coordenador pedagógico é um dos atores na participação, uma das características da gestão democrática. Este

⁸ Coordenadora Pedagógica em Escola Particular de Ensino Fundamental, em Santo Ângelo/RS. Licenciada em Pedagogia (UCPel). Especialista em Orientação Educacional (UCPel), Especialista em Coordenação Pedagógica (UFSC), Especialista em Gestão Educacional (UFSM). E-mail: rf_damaris@hotmail.com

⁹ Pedagoga- Licenciatura Plena/UFSM. Especialista em Gestão Educacional EAD /UFSM Mestre em Educação/UFSM - orientadora. E-mail: michipedag@yahoo.com.br

profissional desempenha um papel muito importante no processo de ensino e aprendizagem; no entanto, ainda parece haver uma “falta de identidade” tanto para quem desempenha este papel quanto para quem espera o auxílio dele. Por isso, foram analisados aspectos históricos sobre o surgimento da coordenação pedagógica, o perfil deste profissional nos dias atuais e quais são as principais atribuições que ele precisa desempenhar.

Devido à importância da gestão democrática para a qualidade do ensino e do papel do coordenador pedagógico no contexto escolar, justifica-se a relevância desta pesquisa. Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica e foram aplicados questionários para duas coordenadoras pedagógicas: uma de escola particular e outra de uma escola municipal. A partir da temática “O Coordenador Pedagógico na Gestão Escolar” pretende-se responder o seguinte problema de pesquisa: em que medida a coordenação pedagógica se relaciona com a gestão escolar democrática em uma escola particular e em uma escola municipal de Santo Ângelo/RS?

E para conseguir responder a essa problemática, tem-se como objetivo geral: analisar qual é o papel do Coordenador Pedagógico na Gestão Escolar Democrática de uma escola particular e de uma escola municipal de Santo Ângelo/RS.

Esta pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, a qual Lüdke e André (1986) conceituam como um tipo de pesquisa que envolve dados descritivos obtidos através do contato do pesquisador com a circunstância pesquisada, retratando a perspectiva dos participantes. Como tipo de pesquisa, foi realizado um estudo de caso, que tem a intenção de analisar uma realidade de forma detalhada e profunda, considerando influências internas e externas, segundo os mesmos autores. O instrumento de pesquisa foi um questionário, ou seja, um instrumento de verificação através do qual se obtém informações dos participantes acerca do tema investigado, conforme descreve Gil (2008). Neste caso optou-se por questões abertas nas quais o respondente fornece suas próprias respostas, complementa o autor.

O questionário seguiu um roteiro com 11 perguntas sobre a concepção de gestão democrática e sobre a atuação dessas profissionais enquanto coordenadoras pedagógicas. As colaboradoras desta pesquisa foram duas coordenadoras pedagógicas, uma da rede pública e outra de uma escola particular de Santo Ângelo/RS. Estas instituições foram escolhidas por oferecerem os mesmos níveis de ensino, possibilitando a análise de contextos similares.

Para as respostas dos questionários foi realizada a análise de conteúdo, que segundo Gil (2008), é uma técnica de pesquisa que objetiva buscar o sentido de um documento. As repostas dos questionários, expostas questão a questão, foram confrontadas com referenciais teóricos que tratam sobre a gestão democrática e a participação do coordenador pedagógico na gestão escolar. Após estas análises, foram elaboradas as considerações finais desta pesquisa.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR E A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Administração escolar x gestão escolar democrática

Um dos temas mais discutidos atualmente entre os estudiosos na área educacional é a gestão democrática. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso VI trouxe como um de seus princípios, a “gestão democrática do ensino público” (Brasil, 1988). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reforçou este princípio em seu artigo 3º, inciso VIII, com o seguinte texto: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996).

As primeiras formas de condução das escolas tinham uma perspectiva administrativa, da mesma forma que as empresas. A partir de 1945, destacou-se a importância de o diretor escolar ter conhecimentos administrativos e pedagógicos. Apenas quando a demanda era muito grande para ser atendida somente pelo diretor que outras pessoas eram selecionadas para auxiliar no trabalho, esclarecem Drabach; Mousquer (2009). As mesmas autoras citam que com a Constituição Federal de 1988 e a LDB visava-se “introduzir um novo tipo de organização escolar, calcado nos princípios da democracia, autonomia e construção coletiva” (Drabach; Mousquer, 2009, p. 258).

Ribeiro (1986 *apud* Drabach; Mousquer, 2009) enfatizou que, para melhor execução das atividades na escola, a divisão do trabalho se daria de acordo com a série e as disciplinas a serem lecionadas. Mas, o diretor ainda era referência principal, principalmente de autonomia para tomada de decisões, pois acreditava-se que ele teria uma visão de conjunto melhor do que o professor. Com o passar dos anos, as relações humanas também começaram a ser levadas em conta ao se pensar na qualidade do ensino. A gestão escolar envolve um contexto amplo de administração, contemplando a participação, a descentralização do poder, a autonomia e o trabalho coletivo, de forma que todos os envolvidos possam reconhecer-se como sujeitos, conforme defende Paro (2010). Ele enfatiza que a participação depende do

diálogo entre as pessoas e é um processo de construção coletiva envolvendo os sujeitos da educação (diretor, coordenador pedagógico, professores, pais, alunos, funcionários e comunidade local). Para haver participação há necessidade de descentralização do poder, ou seja, mudança nas relações sociais da escola.

Atualmente, o termo gestão tem sido utilizado no campo educacional em substituição à expressão administração. Autores citados por Drabach e Mousquer (2009) defendem que a administração é uma parte da gestão, por isso, há necessidade de mudança de concepção e ressignificação desta prática. Paro (2010) utiliza os dois conceitos como sinônimos. Lück (2007 *apud* Drabach; Mousquer, 2009, p. 275), acredita que o conceito de gestão escolar seja o mais apropriado para as demandas do processo educativo atual. Neste estudo, portanto, será considerada tanto a necessidade de mudança de nomenclatura quanto de prática para o termo gestão escolar.

O princípio norteador da gestão democrática requer a construção de uma cultura de participação, representa mudança de postura, de organização, um novo paradigma de encaminhamento das questões escolares, ancorados nos princípios de participação, de autonomia, de autocontrole e de responsabilidade. Mas, o que é de fato uma gestão democrática? Citando, novamente, Paro (2006), pode-se observar o seguinte:

Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático”. (Paro, 2006, pp. 18-19)

O grande desafio do gestor é mediar e construir uma escola assim, ou seja, enfatiza que o gestor precisa ter um perfil de liderança, mas que há diferença entre ter autoridade e ser autoritário. “[O gestor] é uma pessoa empreendedora, que se empenha em manter o entusiasmo da equipe e tem autocontrole e determinação, sem deixar de ser flexível” (Lück, 2011, p. 25). Cerca de trinta anos após a primeira referência à gestão democrática, em geral, ainda engatinhamos em muitos aspectos deste conceito e temos muito a avançar, tendo como principal objetivo a qualidade do ensino.

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Uma das formas de participação da comunidade na gestão democrática é na construção do projeto político-pedagógico (PPP). A LDB prevê que os estabelecimentos de ensino elaborem as suas propostas pedagógicas em articulação com a comunidade escolar. Para que esta construção aconteça, os profissionais que atuam na escola precisam conhecer muito bem a realidade da escola, as diretrizes de trabalho e as normas estabelecidas pelos sistemas, reiteram os autores, Cândido e Gentilini (2017). Nesse sentido, a autonomia da escola é relativa, pois há necessidade de conciliar preceitos legais e a realidade local.

De acordo com Veiga (2001 *apud* Cândido; Gentilini, 2017, p. 330), “o PPP aponta os caminhos que a escola seguirá, o que a escola é e o que ela há de se tornar com a ação coletiva”. Por se tratar do documento que caracteriza a identidade da escola e dá sentido à instituição, entende-se que ele deve ser construído coletivamente, com a participação de todos os envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem. O documento necessita de uma frequente avaliação para repensar e atualizar as necessidades elencadas nele.

Um dos personagens relevantes na participação no contexto da gestão democrática é a família dos estudantes. Nascimento e Marques (2012) conceituam a família como uma rede social, que ultrapassa vínculos sanguíneos e de parentesco, ou seja, aqueles que são responsáveis pelas crianças na escola, assumindo a função de provedores das suas necessidades fundamentais e protetores de seus direitos. Elas identificaram a importância da família na construção da cultura democrática dentro e fora da escola.

As mesmas autoras relembram que a organização do trabalho escolar perpassa os conceitos de administração e de gestão, que na prática ainda enfrenta tensões. No entanto, compreendem que os princípios de gestão democrática do ensino público abrangem a participação dos professores na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares. Dessa forma, Nascimento e Marques (2012) reiteram que a cultura democrática auxilia na descentralização da gestão escolar e só acontece a partir da transformação da prática das pessoas e do afinamento das relações interpessoais. A construção dessa cultura de participação abrange a diversidade de sujeitos, de situações, de questões, entre outros aspectos do trabalho coletivo. Também a partir do estudo, perceberam que a diversidade da composição familiar atual reflete na relação família-escola. Se antes a participação da família era passiva e restrita às datas comemorativas, a partir da

década de 1990, passou a ser mais ativa, em questões pedagógicas e político-administrativas.

Outro aspecto de grande relevância no princípio democrático é trazido por Diógenes e Carneiro (2005) em uma reflexão aprofundada a respeito do projeto político-pedagógico (PPP), de sua construção coletiva em busca da identidade e autonomia da escola. As autoras relatam que a obrigatoriedade do PPP foi marcada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) e que as primeiras versões destes projetos eram implantadas verticalmente, sem a participação dos atores sociais. Aos poucos percebeu-se a relevância deste documento refletir o viés político da educação, sendo construído coletivamente com a comunidade escolar, de forma a refletir a realidade da escola.

O fato de os documentos legais preverem a construção coletiva deste documento não significa que na prática isto seja simples. A participação nesta construção depende também de a instituição possibilitar este envolvimento, gerando mudanças na concepção dos sujeitos quanto à sua relação com a escola. Outra ênfase das autoras é a de que a construção do PPP não pode ser feita a partir de uma visão ingênua e idealista, nem com pressa ou imposições. É preciso ter uma reflexão filosófica, exigindo, por parte dos profissionais da instituição, conhecimentos disciplinares e culturais, pedagógicos, didáticos e práticos “[...] e, também, o domínio da metodologia e um entendimento global do que vêm a ser expressões ‘formação dos indivíduos’ e ‘cidadania’” (Diógenes; Carneiro, 2005, p. 139).

A partir desta construção é que devem ser delineadas as matrizes curriculares, alertam as autoras, pois se as escolas pretendem formar indivíduos críticos, os conteúdos precisam afinidade com os projetos educacionais. Assim, defendem que o PPP construído com a participação de alunos, professores e da comunidade, refletirá a identidade da escola, tornando-a autônoma e demonstrará práticas democráticas. O PPP não pode apenas para atender uma exigência burocrática, mas, precisa ser considerado o seu potencial de influenciar a qualidade da educação oferecida, enfatizam Diógenes e Carneiro (2005). Este documento também precisa estar em constante construção, por se tratar de um processo e não de algo pronto.

A forma de escolha dos gestores escolares também é uma maneira de perceber se os sistemas escolares praticam a gestão democrática ou apenas defendem uma mudança de nomenclatura. Paro (2010, p. 776) explica a importância da participação da comunidade escolar nesta escolha:

[...] já existem vários estudos e pesquisas que demonstram a importância da participação do pessoal da escola, alunos e pais na escolha democrática do diretor. Um diretor cuja lotação e permanência no cargo dependa não apenas do Estado, mas precipuamente da vontade de seus liderados, tenderá com muito maior probabilidade a se comprometer com os interesses destes e a ganhar maior legitimidade nas reivindicações junto ao Estado, porque estará representando a vontade dos que o legitimam e não exercendo o papel de mero “funcionário burocrático” ou de apadrinhado político.

Complementando este pensamento, Libâneo (2003) destaca que os instrumentos necessários para garantir a gestão democrática são: o projeto político pedagógico da escola e o conselho escolar e que pais, mestres e estudantes devem estar envolvidos nesse processo para que haja qualidade na educação. Segundo ele, as ações pedagógicas estão relacionadas às políticas de educação e a escola é o ponto de convergência entre diretrizes e o trabalho pedagógico.

Como acontece esta participação e como os gestores escolares podem promovê-la? Lück (2002, p.19) responde: “os diretores participativos baseiam-se no conceito de autoridade compartilhada, por meio da qual o poder é delegado a representantes da comunidade escolar e a responsabilidade é assumida em conjunto”. Percebe-se que a gestão democrática, na prática, ainda enfrenta muitos desafios e precisa de grandes avanços. Seu objetivo principal deve ser a qualidade do ensino que ocorre com o envolvimento e comprometimento de todos os atores da Escola.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO

Aspectos históricos

A atuação de um profissional no acompanhamento das atividades nas escolas não é recente. No entanto, além de mudanças de nomenclaturas, registra-se a mudança no perfil desta atuação. Atualmente, um dos integrantes da equipe gestora é denominado coordenador pedagógico. Corrêa e Ferri (2016), em um estudo sobre a história da coordenação pedagógica no Brasil, relatam as principais mudanças ocorridas na composição da equipe que atuava e atua no interior das escolas, bem como as ações desenvolvidas por estes profissionais.

As autoras relatam que no período colonial, a educação brasileira era controlada pelos ideais portugueses. A partir do ano 1500, com a educação jesuítica, o conjunto de regras denominado *Ratio Studiorum* era utilizado como base para a supervisão e inspeção da prática docente. Durante o Estado Novo, surgiu o inspetor escolar, cuja função era supervisionar o trabalho realizado pelos professores, analisando os

planos de aula e acompanhando o desenvolvimento de suas aulas. As mesmas autoras também descrevem que os inspetores tinham a incumbência de desenvolver um trabalho com o aluno e suas famílias, especialmente com os que apresentavam alguma dificuldade na aprendizagem.

Já no período tecnicista, com caráter de administração escolar, os especialistas em assuntos educacionais, as ações eram fragmentadas entre orientadores educacionais e supervisores educacionais, sendo os supervisores os responsáveis pela fiscalização do trabalho desenvolvido pelos professores. As autoras complementam: essas ações controladoras foram perdendo seu espaço para um novo conceito de gestão que possibilitava a participação da comunidade escolar nas decisões.

Na década de 1990, após a Constituição Federal de 1988, em um contexto de democratização, percebem-se as principais mudanças relativas à Educação no Brasil, causando um declínio nas atuações fragmentadas de administração, orientação e supervisão escolar. Com a sanção da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, estes profissionais passaram a atuar em conjunto com a equipe gestora. Esta lei, no artigo 64, traz a seguinte redação:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

Com esta legislação evidenciou-se a necessidade de formação e profissionalização dos gestores. Amparada na Lei 9.394/96, a Resolução CNE/CP Nº 1/2006, instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, no artigo 4º, parágrafo único, delibera sobre a gestão fazendo parte das atividades docentes:

As atividades docentes também compreendem **participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino**, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (Brasil, 2006, grifo nosso).

Com redação bastante semelhante ao texto anteriormente citado, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior

(cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, a Resolução CNE/CP Nº 2/2015, também ressalta a centralidade da gestão na formação de professores da educação básica, incluindo o termo “atuação”, conforme parágrafo único do artigo 10:

As atividades do magistério também compreendem a **atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino**, englobando: I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas; II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional. (Brasil, 2015, grifo nosso).

Apesar da existência das resoluções, com as diretrizes para a atuação docente na gestão escolar, ainda existem dilemas e desafios, especialmente, sobre o desenvolvimento das atividades da Coordenação Pedagógica no cotidiano escolar. Nesse sentido, as autoras Corrêa e Ferri (2016) descrevem que embora não haja relatos muito precisos sobre a história deste profissional, nota-se que o Coordenador Pedagógico substituiu o Especialista em Assuntos Educacionais. Ao pesquisar sobre Coordenação Pedagógica, percebe-se que alguns autores utilizam este termo como sinônimo de Supervisão Educacional. Por outro lado, há escritores que destacam diferenças entre o coordenador pedagógico e o supervisor educacional. Na história da Gestão Escolar, algumas vezes, o Supervisor Escolar e o Coordenador Pedagógico podem ser descritos como atuantes em funções sucessivas, ora em funções sobrepostas.

Neste sentido, Vasconcellos (2007) destaca que a função de coordenação, apesar de ter surgido com a intenção de democratização da educação, está estreitamente ligada à área de supervisão escolar. O autor defende a ideia de um movimento de redefinição da função historicamente assumida pelos especialistas, portanto, a hierarquização, o controle e a vigilância dariam lugar ao trabalho coletivo e à mediação por parte do coordenador pedagógico. Assim sendo, entende a Coordenação Pedagógica como uma evolução da Supervisão Educacional, mas, nos aportes legais há o predomínio do termo Supervisão Educacional para alicerçar a atuação da Coordenação Pedagógica.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NOS DIAS ATUAIS

No contexto atual convém refletir: qual é o papel do coordenador pedagógico nas escolas? Ao longo do tempo o entendimento sobre as atribuições do coordenador pedagógico passou por diversas mudanças.

Vasconcellos (2007) complementa: o coordenador pedagógico precisa atuar como agente articulador do diálogo, estando atento à transformação da comunidade escolar, promovendo a reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica. Ou seja, mesmo que as instituições disponham de bons professores, destaca-se a importância do coordenador pedagógico em orientá-los e em estar atento para que os objetivos educacionais sejam alcançados no processo de ensino e aprendizagem.

Muitas vezes, as expectativas em relação ao trabalho do coordenador pedagógico são voltadas às soluções imediatas e isto pode levar este profissional a agir sem tempo para planejamentos. Corrêa e Ferri (2016) afirmam que a coordenação pedagógica não apresenta uma linearidade histórica em sua constituição, mas vem se construindo a partir das possibilidades e desafios de seu cotidiano.

O coordenador pedagógico precisa estar atento às necessidades da escola elencadas no projeto político pedagógico (PPP), visando um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, identificando as ações de maior prioridade para alcançar este objetivo. Para alcançá-lo, Placco (2008) sugere ao coordenador pedagógico estar atento às relações interpessoais, que permitam a ele e aos demais educadores, momentos de trocas, de forma que sua comunicação com os demais profissionais da escola esteja afinada. Este bom relacionamento e comunicação entre coordenador e professor são considerados tão importantes que, complementando esta opinião, Vasconcellos (2011) afirma:

O coordenador, como todo educador, vive esta eterna tensão entre a necessidade de dirigir, orientar, decidir, limitar, e a necessidade de abrir, possibilitar, deixar correr, ouvir, acatar, modificar-se. Todavia, o dirigir, o orientar, mais do que o sentido restritivo, tem o objetivo de provocar, despertar para a caminhada, para a travessia, para abandonar o aconchego do já sabido, do já vivido (Vasconcellos, 2011, s.p.).

De que forma o coordenador pedagógico deve atuar para diminuir estas contradições que enfrenta em sua prática? O coordenador precisa estar ciente de que estas transformações não ocorrerão de forma contínua e regular, mas com um “movimento que envolve idas e vindas, circularidades, saltos, evoluções e retrocessos, no tempo e no espaço em que esta prática se realiza” (Placco, 1994 *apud* Placco, 2008, p.55). Ela enfatiza que a gestão democrática precisa ter como objetivo principal a qualidade do ensino e, compartilhando responsabilidades, torna-se mais fácil alcançar este propósito.

Para a concretização do projeto político-pedagógico da escola é necessário trabalho coletivo e constante da coordenação pedagógica com os professores e a direção da escola, é o que defende Vasconcellos (2011). O autor finaliza que o PPP e este trabalho coletivo constante são necessários para a melhoria da “qualidade da prática pedagógica. Sem este espaço, o coordenador corre um sério risco de virar ‘bombeiro’, ‘quebra-galho’, ‘burocrata’, tendo uma ação fragmentada”. (Vasconcellos, 2011, s.p. grifo do autor). Ou seja, as ações do coordenador pedagógico, assim como as dos professores, precisam ser planejadas. O trabalho coletivo também precisa ser incentivado pela coordenação pedagógica através do acompanhamento, incentivo e avaliação das atividades para que as suas ações realmente contemplem os objetivos da instituição de ensino elencados no PPP.

ANÁLISE DOS DADOS

A seguir é trazida a análise das respostas do questionário entregue as duas coordenadoras pedagógicas. A identificação é fictícia, sendo a “Coordenadora A”, atuante em uma escola particular de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Santo Ângelo/RS. A “Coordenadora B”, atua em uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental na mesma cidade.

Na primeira questão foi perguntado sobre a formação e tempo de atuação na coordenação pedagógica. A “**coordenadora A**” respondeu que sua formação é Licenciatura Plena em Letras – Português, Inglês e Literatura e atua na coordenação pedagógica desde o ano de 2015. A “**coordenadora B**” tem formação em Pedagogia e Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar e atua nesta função há 6 anos.

As tabelas seguintes trazem as respostas, na íntegra, das questões de número 2 a 11 dadas pelas coordenadoras pedagógicas participantes desta pesquisa. Após a tabela é trazida a análise de cada questão, identificando semelhanças e/ou diferenças entre as respostas e uma fundamentação teórica sobre o respectivo assunto.

Na segunda questão foi perguntado sobre qual a concepção de gestão democrática das participantes. As respostas foram as seguintes:

Coordenadora A:	Coordenadora B:
Gestão democrática, na minha concepção é onde os gestores da escola trabalham com a participação coletiva, onde todos os membros participam dos processos de decisão da Instituição de Ensino.	Gestão democrática prioriza a participação do coletivo em todas as ações tomadas no âmbito da escola, em que a comunidade escolar pode dialogar, opinar e participar de decisões.

As **duas coordenadoras** têm uma concepção semelhante sobre o conceito de gestão democrática, enfocando a participação do coletivo nas decisões referentes à escola. Veiga (2001, p.18), enfatiza que a gestão democrática requer o “repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização”. Ou seja, a socialização do poder proporciona a participação coletiva, descentralizando as decisões acerca da gestão da escola. Nesse sentido de participação coletiva, Lück (2002, p. 15) complementa: “o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico”.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar, destaca Libâneo, (2007). Para essa participação acontecer no âmbito escolar, o diretor deve atuar como um coordenador das atividades.

Percebe-se que a percepção das **coordenadoras A e B** vão ao encontro dos conceitos trazidos pelos autores citados, enfatizando a participação como fundamental na gestão democrática das escolas. Essa participação precisa ser valorizada e praticada pela comunidade escolar e pelos gestores para que realmente se efetive na gestão democrática, tendo como objetivo primeiro a qualidade do ensino.

A questão três era: Você percebe a gestão democrática no ambiente escolar em que trabalha? De que forma? As respostas foram as seguintes:

Coordenadora A:	Coordenadora B:
-----------------	-----------------

Sim. A equipe diretiva sempre se reúne para analisar e avaliar o processo educativo da escola por meio da participação coletiva dos professores e gestores administrativos.

Acontece também uma avaliação institucional com os pais, onde eles participam dando sugestões e avaliando o educandário, bem como os profissionais (direção, coordenação, atendimento, recepção e professores). Nos conselhos de classe também é oportunizada a participação dos alunos, através do qual podem avaliar a instituição como um todo.

Sim. Todos os professores, funcionários, pais e alunos são ouvidos em suas sugestões em assuntos referentes à escola.

Ambas as participantes citaram alguma forma de participação da comunidade escolar com sugestões e/ou avaliações referentes à escola. Destaca-se a importância desta participação acontecer, tanto nas escolas públicas quanto privadas, pois estas avaliações e sugestões contribuem para a melhoria constante do processo de ensino e aprendizagem. Paro (2006), enfatiza a descentralização de poder na gestão das escolas como uma necessidade para que a comunidade escolar possa efetivar sua participação nas tomadas de decisão. E acrescenta: “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las” (Paro 2006, p.25). Ou seja, a participação da comunidade se torna mais expressiva também à medida que todos reconhecem a importância dela.

Para complementar, tem-se em Libâneo (2007) que “a gestão democrática, por um lado é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada” (Libâneo, 2007, p.326). O mesmo autor ressalta que a participação é um grande diferencial na democratização e na melhoria da educação e, quando a comunidade participa, tem conhecimento para avaliar a qualidade do ensino.

Paro (2006) alerta que a participação da comunidade na gestão da escola, ainda enfrenta muitos desafios, por isso, os envolvidos precisam estar cientes da relevância e necessidade de sua participação. E isto precisa motivá-los a não desistirem diante das dificuldades que enfrentarem. Complementando esta afirmação, Gadotti (2004) enfatiza que não se pode imaginar que a gestão democrática trará soluções para todos os problemas referentes à educação. No entanto, esta é uma forma de preparar os sujeitos para a democratização do poder na escola e na sociedade. E Lück (2002) acrescenta: a participação requer autonomia, participação consciente e compartilhamento de responsabilidades para alcance dos objetivos e metas propostos. Os conselhos de classe são uma forma de conscientização dos alunos para que também contribuam sugerindo, ouvindo sugestões e avaliando a instituição que frequentam.

A partir das respostas das participantes, percebe-se que as escolas buscaram formas de participação da comunidade escolar. No entanto, estas ações ainda podem ser aprimoradas, mas a comunidade escolar também precisa mostrar-se interessada em reconhecer a importância de sua atuação participativa e consciente.

Na quarta questão as participantes responderam como ocorreu a escolha do gestor escolar na escola em que atua:

Coordenadora A:	Coordenadora B:
A escolha do diretor deu-se através de assembleia da entidade mantenedora.	O diretor é indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Conforme as respostas das participantes, em ambas as escolas a escolha do gestor não contemplou a participação da comunidade escolar. Na primeira, a escolha foi feita através de eleição em assembleia da entidade mantenedora e, na escola pública, a escolha deu-se através de indicação política. A escolha dos diretores escolares é uma das formas de efetivação da gestão democrática nas escolas públicas. Gadotti; Romão (2004) citam quatro formas de provimento do cargo de diretor classificadas, por exemplo, como: a nomeação (feita por prefeitos ou governadores, com indicação de titulares das Secretarias de Educação ou outras indicações políticas); o concurso público (realizado através de provas e títulos); a eleição (com a participação da comunidade escolar) e o esquema misto. No esquema misto, esclarecem os autores, podemos incluir provas que avaliam o conhecimento técnico e a formação acadêmica do candidato, além de sua experiência, capacidade de liderança, dentre outros pré-requisitos.

Este último modelo se aproxima da forma que algumas mantenedoras utilizam para escolha dos diretores das escolas particulares. A nomeação político-partidária é a forma de escolha nas escolas municipais de Santo Ângelo.

Nas escolas públicas, a eleição de diretores tem sido recomendada por seu caráter democrático, pois “à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. (Paro, 2003, p. 26). Diante disso, a eleição direta de diretores tem sido apontada como um avanço no processo de democratização das escolas públicas, no entanto, ela, por si só não garante a participação e o trabalho coletivo. Isto depende de dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes e comunidade local. No documento lançado pelo Ministério da Educação em 2004, intitulado “Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor”, é ressaltado que o incentivo à participação e práticas democráticas deve ser dado através de mecanismos de participação da comunidade educacional. Estes mecanismos são: Conselho Escolar, grêmio estudantil, associação de pais, conselhos de classes, entre outros, e precisam ter o intuito de possibilitar novos meios de se partilhar as tomadas de decisões nas instituições de ensino (Brasil, 2004).

Como se deu a escolha do coordenador pedagógico? Esta foi a quinta questão da pesquisa e as respostas foram as seguintes:

Coordenadora A:	Coordenadora B:
Num momento crítico da escola, onde ela corria um sério risco de fechar. Até esse momento fui apenas professora na instituição e, no momento que a coordenadora também pediu seu afastamento, para que a escola não encerrasse suas atividades, assumi também a função de Coordenadora Pedagógica.	O Coordenador Pedagógico é escolhido pelo diretor em consonância com a Secretaria Municipal de Educação

Não existe uma legislação específica para a coordenação pedagógica, nem sobre a formação deste profissional, nem para a forma de sua escolha. Em algumas instituições os coordenadores pedagógicos também são eleitos, juntamente com os diretores, em outras são indicados politicamente, como é o caso da coordenadora B. Vasconcellos (2011) ao falar sobre as

características necessárias a quem atuar na coordenação pedagógica, recomenda que este profissional tenha habilidade para trabalhar com o conhecimento, para organização do coletivo e um bom relacionamento interpessoal. Além disso, enfatiza a importância da formação específica para esta atuação, através de cursos de especialização na área da gestão escolar.

Na sexta questão foi perguntado: há participação da coordenação pedagógica na gestão da escola? De que forma?

Coordenadora A:	Coordenadora B:
Sim. São as coordenadoras pedagógicas que são responsáveis por coordenar e acompanhar os trabalhos dos professores, analisar os planos de trabalhos, bem como participar ativamente nas decisões administrativas.	Sim. As decisões são tomadas em conjunto (diretora e coordenadora).

Ambas as coordenadoras citaram que se sentem atuantes na gestão da escola, participando de decisões. A gestão da escola envolve aspectos administrativos e pedagógicos, por isso, ressalta-se a importância não somente do gestor escolar, mas também, do coordenador pedagógico. Placco (2008) salienta que os coordenadores pedagógicos desempenham um papel decisivo na gestão escolar, pois contribuem para a democratização das relações na escola, estimulando a participação e contribuindo para a constituição de experiências pedagógicas autônomas e transformadoras.

Lück (2008) enfatiza que quando se pensa em um setor da escola, é preciso pensar em sua relação com os demais setores e com a comunidade. É neste sentido que ela reitera a importância de a coordenação pedagógica ter uma estreita relação com a gestão escolar. Esta parceria também oferece uma certa autonomia para a atuação da coordenação pedagógica na organização do trabalho pedagógico, conforme é proposto na Lei 9.394/96 ao incumbir ao diretor escolar de constituir uma gestão democrática e participativa. Ou seja, a ação conjunta da direção escolar e da coordenação pedagógica pode contribuir para o desenvolvimento de ações pedagógicas coletivas que visam um processo de ensino e aprendizagem significativo e voltado para a construção da cidadania.

Ainda pensando no contexto de participação, a questão número sete foi: Há órgãos colegiados atuantes

na escola em questão? Se existem, são atuantes? Como acontece sua atuação? Estas tiveram as seguintes respostas:

Coordenadora A:	Coordenadora B:
Sim. Grêmio Estudantil. Por ser uma escola que não tem ensino médio, o Grêmio não tem uma atividade tão atuante. É uma entidade sem fins lucrativos e possibilita aos alunos a oportunidade de criarem e sugerirem outras ações dentro da escola, sempre auxiliados pela direção.	Sim. Conselho Escolar e APM são atuantes. Sua atuação acontece através de reuniões com a direção da escola.

Na escola particular foi citado o Grêmio Estudantil (criado pela Lei 7.398, de 04 de novembro de 1985), que representa os estudantes da escola, com o objetivo de debater sobre direitos e deveres dos estudantes, bem como assuntos diversos sobre a escola, comunidade e sociedade. Na escola pública a **coordenadora B**, citou o conselho escolar e a Associação de Pais e Mestres (APM). Souza (2015) explica que a APM é um órgão de caráter jurídico, sem fins lucrativos, com participação de educadores e responsáveis pelos estudantes. Tem a finalidade de gerenciar os recursos financeiros, incluindo verbas públicas, parcerias, convênios e doações e precisa ter comunicação com o Conselho Escolar. Conforme a publicação do Ministério da Educação, “Os Conselhos Escolares e a construção da proposta educativa da escola” (Brasil, 2004), tem-se que os Conselhos Escolares precisam ser compostos pela “direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local” (op. Cit. p.44). Este é o órgão máximo de deliberações na escola, tendo função consultiva, fiscal e mobilizadora. As decisões deste Conselho precisam ser tomadas coletivamente, em suas reuniões, abrangendo questões administrativas, financeiras e pedagógicas. A escolha dos Conselhos Escolares precisa considerar a possibilidade de participação:

o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso; é saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar

as suas propostas, pois os Conselhos Escolares são, acima de tudo, um espaço de participação e, portanto, de exercício de liberdade (Brasil, 2004, p. 45).

Esse espaço de participação também precisa ser possibilitado pela gestão escolar e sistemas de ensino, para que não haja apenas um órgão colegiado formado, mas, sim atuante. Conforme relato da **coordenadora B**, as reuniões acontecem, mas não foi descrita a frequência, nem as possibilidades de atuação deste órgão. De acordo com o relato da **Coordenadora A**, o Grêmio Estudantil tem atuação na escola. Em geral eles participam dando sugestões, ideias de melhorias, tanto para o espaço físico ou materiais quanto em relação ao processo de ensino e aprendizagem e se mobilizam elaborando projetos para que estas necessidades sejam alcançadas. Ambas as instituições poderiam ampliar a presença dos órgãos colegiados. A instituição particular poderia contar com a APM para que haja maior atuação das famílias na gestão democrática. Na instituição pública o Grêmio Estudantil possibilitaria aos alunos mais uma oportunidade de participação.

A oitava questão era a seguinte: Como aconteceu a construção do PPP? Quem participou?

Coordenadora A:	Coordenadora B:
A construção aconteceu a partir das reformas e mudanças na Instituição. Coordenação, direção e professores.	A construção do PPP aconteceu com a participação dos professores, funcionários, pais, alunos... Através de questionários, onde foi possível opinar.

A construção do Projeto Político-Pedagógico com a participação da comunidade escolar é um dos princípios da gestão democrática. Conforme relato da **Coordenadora A**, esta construção na instituição particular envolveu apenas a direção, coordenação e professores. Conforme o relato da **Coordenadora B**, na escola municipal houve participação da comunidade escolar através de questionários.

Diógenes e Carneiro (2005) salientam que a construção coletiva do PPP é fundamental para o exercício da democracia e para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua participação na sociedade e é importante também para a autonomia da escola pública. Para Veiga (2001), o PPP é um documento norteador de todas as ações da escola definidas coletivamente, visando atender as necessidades do processo ensino-aprendizagem, que tipo de cidadãos a escola quer formar e que tipo de escolar se objetiva ter. Ou seja, o PPP é um documento que precisa ser avaliado e aperfeiçoado

continuamente, para que realmente cumpra a sua função principal e não se torne apenas um documento que cumpre sua função burocrática. Cabe também à coordenação pedagógica além de coordenar a elaboração deste documento, orientar a sua avaliação e atualização. Conforme relato da **Coordenadora A**, embora o PPP da instituição tenha sido construído sem a participação da comunidade, as famílias participam da avaliação institucional, na qual podem avaliar a escola como um todo e dar sugestões de melhorias; isto também caracteriza uma ação democrática. A **Coordenadora B** relatou a participação da comunidade na construção do PPP através de questionários, no entanto não informou detalhes desta participação, nem citou se o mesmo passou por avaliações após ser construído. **Ambas as coordenadoras** citaram algumas características da gestão democrática na construção ou avaliação do PPP, percebe-se que nas duas instituições esta participação pode ser aprimorada, ampliando a participação da comunidade escolar, seja na construção ou avaliação deste documento tão relevante.

Quais são os maiores desafios da sua atuação na coordenação pedagógica? Caso existam, como superá-los? Esta foi a pergunta de número nove, para a qual foram dadas as respostas:

Coordenadora A:	Coordenadora B:
A firmação como orientador do trabalho coletivo, pelo fato de ser também professora em sala de aula, e os colegas não entenderem a cobrança como Coordenadora Pedagógica. Para superá-los precisei buscar o apoio da direção e também uma forma de “impor” o meu trabalho.	Nossa escola tem Educação Infantil e Ensino Fundamental até o 5º ano, por isso, os desafios são corriqueiros de uma escola pequena, possíveis de serem enfrentados.

Sempre há desafios para o trabalho da coordenação pedagógica, independentemente do número de alunos atendidos na instituição. Vasconcellos (2007) explica que, muitas vezes, o coordenador pedagógico é visto como um fiscalizador, tanto do PPP quanto do trabalho docente. Isto dificulta a relação com os professores que podem tornar-se resistentes à presença do coordenador, como se ele fosse um “dedo duro”, relatando as ações dos professores para a direção da escola. Por outro lado, conforme o autor, por vezes, este profissional é visto como um “bombeiro” do qual os professores esperam resultados imediatos, “apagando os

incêndios”, resolvendo imediatamente as dificuldades enfrentadas nas salas de aula, sejam de aprendizagem ou comportamentais dos alunos. Não é com esta finalidade que as escolas têm a figura do coordenador pedagógico atuando na instituição.

Coordenadora A:	Coordenadora B:
Saber orientar e direcionar o trabalho dos professores em sala de aula, principalmente no que diz respeito ao processo ensino – aprendizagem.	* Fazer ponte entre família e escola; * Discutir com os professores aspectos relativos ao rendimento escolar; * Organizar e escolher assuntos para a formação dos professores; * Ter espírito de liderança; * Liderar a construção do PPP; * Coordenar tudo que diz respeito ao funcionamento pedagógico da escola.

As questões nove, dez e onze foram as seguintes:

- Quais são os maiores desafios da sua atuação na coordenação pedagógica? Caso existam, como superá-los?

- Na escola em que atua precisa exercer outras atividades que não as atribuídas à função de coordenação pedagógica? Em caso positivo, acredita que isso prejudica a sua atuação como coordenador (a) pedagógica (a)? Por quê?

- Quais são, na sua opinião, as principais necessidades para exercer o cargo na coordenação pedagógica?

Estas podem ser analisadas conjuntamente, pois se tratam especificamente da atuação da coordenação pedagógica, os desafios desta atuação, a sua rotina no cotidiano escolar e as suas principais necessidades para exercer esta função. O coordenador pedagógico precisa planejar suas atividades, especialmente para que suas atividades “emergenciais” não superem o tempo dedicado ao processo de ensino e aprendizagem e à formação dos professores. Isto depende do reconhecimento de seu próprio papel, da importância de sua atuação, tanto num contexto de autovalorização como a valorização deste profissional por parte dos

professores e da comunidade. Estes também precisam enxergá-lo mais como um aliado do que como um fiscal, explica Vasconcellos (2011). Ele ainda acrescenta que o coordenador precisa “Acolher, Provocar, Subsidiar e Interagir” (op. Cit, s.p.) com os professores, da mesma forma que estes precisam demonstrar estas ações com seus alunos. Ao mesmo tempo,

O coordenador, como todo educador, vive esta eterna tensão entre a necessidade de dirigir, orientar, decidir, limitar, e a necessidade de abrir, possibilitar, deixar correr, ouvir, acatar, modificar-se. Todavia, o dirigir, o orientar, mais do que o sentido restritivo, tem o objetivo de provocar, despertar para a caminhada, para a travessia, para abandonar o aconchego do já sabido, do já vivido (Vasconcellos, 2011, s.d.).

Dessa forma, o autor enfatiza a necessidade de o coordenador pedagógico ter consciência de seu papel, acompanhando o PPP da escola, formando professores e mediando a relação entre pais, alunos e direção. **Ambas as coordenadoras** citaram esta necessidade na pesquisa. Através da mediação das relações entre todos os grupos na escola, o coordenador pedagógico contribui para a construção de ações coletivas. Libâneo (2007) enfatiza que quem atua em cargos de liderança como a direção ou coordenação pedagógica, precisa possibilitar que todos contribuam com sugestões, críticas e encaminhamentos, pois esta é uma demonstração de gestão democrática e participativa.

Libâneo (2007) conclui que a coordenação pedagógica e professores precisam ter uma reflexão constante sobre a prática e na prática. Ou seja, o desenvolvimento de uma escola de qualidade é responsabilidade de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. A atuação da coordenação pedagógica é de grande relevância na comunicação com os pais, buscando estratégias de aprendizagem quando os alunos apresentam dificuldades. Destaca-se também a importância deste profissional ter suas práticas fundamentadas em orientações teóricas, isto contribui para a segurança em sua atuação e para o resgate da identidade em sua prática. O coordenador pedagógico precisa sempre atuar articulado à gestão da escola, refletindo a gestão democrática em suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa foi possível refletir sobre a gestão das escolas, a atuação do coordenador pedagógico e a participação da comunidade escolar neste contexto. Percebeu-se a mudança na concepção de administração escolar, com a centralidade das decisões no diretor, para a concepção de gestão democrática, a qual sugere a participação de todos os envolvidos no processo educacional. Embora prevista desde a

Constituição Federal de 1988 e reforçada pela Lei 9.394/96, ainda são necessários muitos avanços para que a gestão democrática das escolas funcione efetivamente. A amostragem desta pesquisa é pequena, mas reflete a situação de muitas escolas em nosso país, pois mesmo após tantos anos, muitos estudos são desenvolvidos atualmente e enfatizam as necessidades de aprimoramento deste processo de gestão.

As coordenadoras pedagógicas participantes desta pesquisa, relataram como ocorre a participação da comunidade em cada instituição, e explanaram também sobre a própria atuação. A legislação vigente prevê a gestão democrática das escolas públicas, e é neste contexto que muitas vezes ela não se manifesta. No município de Santo Ângelo/RS, por exemplo, ainda são escolhidos gestores escolares vinculados à eleição político-partidária; este é um dos itens que precisa ser aprimorado na gestão democrática deste sistema de ensino. As escolas públicas precisam muito de uma comunidade escolar atuante e consciente de seu papel para a qualidade do ensino. Foram citados o conselho escolar e a APM - estes órgãos desempenham um papel muito significativo sendo atuantes, no entanto, foi citada apenas a participação em reuniões, não sendo relatada uma forma de atuação específica.

A escola particular na qual uma das coordenadoras pedagógicas participantes atua, tem seu gestor escolhido pela entidade mantenedora. Esta escolha na maioria das vezes é feita desta forma por redes de ensino às quais as escolas são filiadas. Nas escolas particulares algumas questões administrativas não podem ser externadas, a exemplo de inadimplências, concessões de bolsas de estudo, por isso, nestas instituições há necessidade de cautela em algumas informações administrativas. Isto não impede a participação da comunidade escolar através de outros meios. Na escola participante foi citada a avaliação institucional feita pelos familiares dos alunos, através da qual podem avaliar tanto o processo de ensino e aprendizagem quanto o trabalho de toda a equipe da escola e a estrutura física. Também foi relatada a participação do Grêmio Estudantil, oportunidade dada aos alunos para sua atuação e avaliação. Estas avaliações são consideradas e, na medida do possível, as reivindicações são atendidas.

As coordenadoras pedagógicas de ambas as instituições descreveram que têm oportunidade de participação na gestão escolar das respectivas instituições em que exercem este papel. Da mesma

forma, reconhecem a relevância de sua atuação, contribuindo para a formação dos alunos através do acompanhamento do trabalho dos professores, não fiscalizando-os ou buscando soluções de problemas emergenciais. O objetivo é que além de mediar as relações na escola possam auxiliar na busca de soluções para as dificuldades enfrentadas na aprendizagem e priorizando a qualidade do ensino em cada escola. Se as coordenadoras se sentem parte da gestão democrática é porque os gestores destas instituições também possibilitam esta atuação, descentralizando as decisões de si mesmos, pois de nada adianta um discurso democrático que não acontece na prática.

Com as informações dadas através dos questionários percebeu-se que na escola particular a construção do PPP ficou bastante centralizada nos professores, coordenadores e direção. Esta poderia ser uma avaliação a ser feita na escola, de maneira que a participação dos pais, alunos, funcionários e comunidade local também aconteça. Segundo relato da coordenadora da escola municipal isto foi oportunizado naquele contexto, mas, não foi citada nenhuma forma de avaliação do documento, se ocorreu ou não. Este é um dos desafios da coordenação pedagógica: a elaboração e avaliação participativa do PPP, contando com todos os envolvidos no processo educacional.

Neste estudo foi analisada a atuação da coordenação pedagógica, especialmente após a Lei 9.394/96, a partir da qual a supervisão do trabalho do professor perdeu espaço para uma ação mais democrática. Ainda existe uma crise de identidade na atuação de muitos coordenadores pedagógicos, bem como na visão que os professores têm deste profissional. Por isso, muitas vezes, as atividades desenvolvidas pelos coordenadores acabam sendo fora de seu planejamento, prejudicando a sua atuação nos espaços em que eles realmente precisam atuar.

Com esta pesquisa, conclui-se que o coordenador pedagógico tem um papel fundamental para a aprendizagem dos alunos, priorizando a qualidade do ensino e como mediador das relações que envolvem a gestão escolar. Sua formação é outro aspecto que precisa ser observado, a fim de que contribua efetivamente e desempenhe este papel no contexto da gestão democrática. Quem assume a função de coordenação pedagógica precisa ter ciência da importância de suas ações; esta também é uma forma de resgatar e reconstruir a história deste profissional nas escolas, especialmente as voltadas aos princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Os Conselhos Escolares e a construção da proposta educativa da escola**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 7.398**, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: 1985. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução Nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 01**, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

CÂNDIDO, Rita de Kassia; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai/ago. 2017.

CORRÊA, Shirlei; FERRI, Cássia. Coordenação pedagógica: das influências históricas à resignificação de uma nova prática. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/22577/14428>>. Acesso em: 09 set. 2018.

DIÓGENES, Elione Maria N.; CARNEIRO, Maria Joyce C. A gestão participativa e o projeto político-pedagógico: Um exercício de autonomia. **Revista**

Brasileira de Política e Administração da Educação. Fortaleza. v. 21, n. 1/2, p. 136 – 152, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/23513/13602>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

DRABACH, Neila P; MOUSQUER, Maria Elizabete L. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, Santa Maria, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009 Disponível em: <https://ead08.proj.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/319911/mod_resource/content/1/Dos%20primeiros%20escritos%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez: IPF, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007

LÜCK, Heloisa et al.. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação; abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

NASCIMENTO, Priscila X. S.; MARQUES, Luciana Rosa. As interfaces da participação da família na gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 28, n. 1, p. 68 – 85, jan./abr. 2017. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36143>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018

PARO, Vitor. **Eleição de diretores: A escola pública experimenta a democracia**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PLACCO, Vera Maria. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

SOUZA, Joelma. A diferença entre Conselho Escolar e APM. **Revista Gestão escolar**, São Paulo, Abril 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **O Professor Coordenador Pedagógico como Mediador do Processo de Construção do Quadro de Saberes Necessários**. Texto, Libertad, 2011. Disponível em:

<http://www.celsovasconcellos.com.br/index_arquivos/Page4256.htm>. Acesso em: 28 abr. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do Projeto Político-Pedagógico ao Cotidiano de Sala de Aula. 8.ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, A Ilma Passos. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MUITO ALÉM DA CLÍNICA: A PSICOLOGIA INSERIDA NA SAÚDE PÚBLICA

Roberto Salbego Donicht¹⁰
João Vítor Zandomenighi Fetter¹¹
Iliara Backof Milanese¹²
Dra. Andrea Fricke Duarte¹³

RESUMO

O presente artigo busca discutir a inserção do psicólogo na saúde pública no país, a partir de uma contextualização histórica sobre como surgiram os serviços de saúde pública como o Sistema Único de Saúde (SUS) e os Centros de atendimento Psicossocial (CAPS). Este trabalho traz uma discussão sobre o conceito de políticas públicas e aborda a importância dos movimentos político-históricos necessários para a modificação do modelo de saúde do país. Referente à metodologia, é uma pesquisa qualitativa com a delimitação sendo uma revisão bibliográfica. O foco então busca tratar da migração do profissional de psicologia das clínicas privadas para o atendimento na rede de saúde pública, enfatizando também as demais áreas de atuação possíveis para o psicólogo na atualidade. Considera-se importante a reflexão dos psicólogos ao expandir seus serviços para o público, fugindo da lógica elitista instaurada quando esta ciência surgiu no país, buscando assim firmar um compromisso social e levar a psicologia para a rede pública, permitindo expandir o acesso ao tratamento psicoterapêutico.

Palavras-chaves: Psicologia. Saúde Pública. Políticas públicas. Compromisso Social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir a inserção e a atuação do psicólogo na saúde pública do país, pensando a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), e as condições em que esse sistema foi concebido, considerando também a influência da reforma psiquiátrica e da modificação de leis e movimentos em

ABSTRACT

This article discusses the inclusion of psychologists in public health in Brazil, based on a historical overview of how public health services such as the Unified Health System (SUS) and Psychosocial Care Centers (CAPS) emerged. This paper discusses the concept of public policies and addresses the importance of the political-historical movements needed to modify the country's health model. Referring to the methodology, it is a qualitative research with the delimitation being a literature review. The focus then seeks to address the migration of psychology professionals from private clinics to care in the public health network, also emphasizing the other possible areas of practice for the psychologist today. It is considered important the reflection of psychologists in expanding their services to the public and escaping the elitist logic that was established when this science emerged in the country, thus seeking to make a social commitment and bring psychology to the public network, allowing expand access to psychotherapeutic treatment.

Keywords: Psychology. Public Healthy. Public polices. Social Commitment.

prol da saúde no Brasil. Busca-se trazer ao foco deste trabalho o papel do profissional de psicologia na rede pública, e como se deu a entrada do psicólogo nessa área, migrando da clínica particular para os hospitais públicos e Centros de Atenção Psicossocial.

É possível fazer um breve histórico a respeito de como a saúde pública se moldou nos últimos anos, a

¹⁰ Graduando em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus de Santo Ângelo). E-mail: robertodonicht@hotmail.com

¹¹ Graduando em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus de Santo Ângelo). E-mail: jvfetter@hotmail.com

¹² Graduanda em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus de Santo Ângelo). E-mail: iliarabm@hotmail.com

¹³ Doutora em Psicologia Social e Institucional. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI- Campus de Santo Ângelo). E-mail: andreaduarte@san.uri.br

partir da Reforma Sanitária, com a criação do SUS até a situação atual. Na década de 1960 havia as iniciativas de psicologia social comunitária – eram aqueles que permaneceram na época da ditadura e encontraram modos de resistência e atuação (Lane, 2008) – e já na década de 1970 se iniciou no país um movimento conhecido como Reforma Sanitária, que surgiu em meio a uma crise da situação sanitária da população e da prestação de serviços de saúde. Esta precariedade na saúde pode ser vista como um sinal do então “desgaste no modelo político e das consequências sociais da concentração da riqueza” (Escorel, 2005, p. 62). A concentração de renda e a falta de investimento em infraestrutura social, fatores que influenciaram a situação precária da saúde, têm origem na ditadura e na política de gastos públicos do país, que manteve o investimento em infraestrutura econômica em troca do abandono do setor social (Buarque, 2000).

Na década de 1980 esse movimento se consolidou durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde se discutiu um novo modelo de saúde para o Brasil, buscando garantir a saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, a fim de proporcionar o acesso da população a todos os serviços de saúde. A partir desse movimento surgiu o Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, instituído pela Constituição Federal. O sistema foi fundamentado pela Lei 8.080, a Lei Orgânica da Saúde, sancionada em 1990, a qual “regula as ações e serviços de saúde em todo o território nacional e estabelece, entre outras coisas, os princípios, as diretrizes e os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS)” (Brasil, 1990). Os princípios desse sistema são a universalização, a equidade e a integralidade.

Ao abordarmos o setor de saúde mental e a inserção do psicólogo na saúde pública, podemos considerar que a luta pela superação do modelo manicomial no Brasil encontrou ressonância nos debates que ocorreram na 8ª Conferência Nacional de Saúde, impulsionando as políticas públicas do país (Hirdes, 2009). Antes da reforma psiquiátrica, a condição de vida das pessoas em adoecimento psíquico no país era abominável. Não apenas os doentes mentais, mas qualquer indivíduo que não se encaixasse nos padrões sociais: homossexuais, prostitutas, alcoolistas, epiléticos, era internado em hospícios e vivia em condições desumanas. Eram submetidos a eletrochoques e espancamentos, e acabavam morrendo de fome, frio ou doença. Esta barbárie ganhou notoriedade internacional, com os horrores que ocorriam no manicômio de Barbacena, que ficou conhecido como o “Holocausto Brasileiro” (Arbex, 2013).

A partir desse marco, com a reforma psiquiátrica, foram criados os Centros de Atenção

Psicossocial (CAPS) para substituir os hospitais psiquiátricos antigos ou manicômios, além de outros serviços substitutivos de atenção à saúde mental. Estes serviços foram criados com o objetivo de permitir a reinserção do indivíduo em sofrimento psíquico na sociedade, garantindo-lhe a cidadania e seus direitos, e respeitando sua subjetividade.

É importante lembrar, ainda, que a atuação do psicólogo não se limita a área da saúde mental, o profissional também está inserido nas áreas da educação, organizacional e do trabalho e do esporte. Considerando tudo isso, podemos trazer em foco o tema deste trabalho, o qual é discutir sobre a inserção e atuação do psicólogo na saúde pública.

METODOLOGIA

Referente às questões metodológicas, os resultados aqui descritos são fruto de uma pesquisa qualitativa, construída através de uma pesquisa bibliográfica. Para Gil (2018, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A sua vantagem, é que a mesma permite ao pesquisador investigar uma gama de informações muito mais amplas sobre determinado assunto, além de ser indispensável para compreender questões históricas (Gil, 2018).

Sendo assim, os autores utilizaram obras que abordam temas relacionados ao objetivo de estudo, como Saúde Pública e Psicologia na Saúde Pública. Ademais, houve a busca de conteúdos publicados em revistas científicas e em materiais eletrônicos, com o objetivo de compreender melhor a temática abordada e, facilitar uma maior compreensão do assunto trabalhado.

Por fim, os resultados aqui expostos nesse artigo são advindos de discussões e elaborações da disciplina “Realidade Brasileira” do curso de Psicologia da Universidade Regional Integral do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo. Essa disciplina tem como foco discutir questões relevantes aos futuros profissionais de psicologia e busca colaborar na reflexão sobre a sociedade brasileira como um todo.

DESENVOLVIMENTO

Antes de entrarmos propriamente no assunto, que trata da inserção do profissional de Psicologia na saúde pública, torna-se pertinente pensar acerca do próprio significado de política pública. Sendo assim, a primeira parte deste trabalho tem como foco refletir sobre a conceituação de política pública e seus

desdobramentos. A segunda parte do artigo aborda o contexto histórico do psicólogo e como ele passou a atuar em outras áreas que não apenas a clínica privada. Por fim, a terceira e última parte discute o compromisso social do psicólogo com a sociedade, especialmente em sua atuação na saúde pública.

POLÍTICA PÚBLICA E CONCEITUAÇÃO

Atualmente é possível notar que a área de conhecimento chamada política pública vem ganhando visibilidade, tanto na academia como na política e a sociedade como um todo. Souza (2006) argumenta que três fatores vêm contribuindo para esse maior interesse nas questões de política pública, sendo eles:

- Está havendo aceitação de políticas de corte de gastos, políticas essas que estão dominando o cenário atual, principalmente em países em desenvolvimento;
- Surgimento de novas visões acerca do papel do Estado, substituindo as noções de políticas embasadas no modo keynesiano – o qual foca no investimento ao longo prazo e no bem-estar social.
- Dificuldade de implantar políticas públicas que beneficiem o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo promovam inclusão social da população. Fenômeno esse, que ocorre principalmente em países em desenvolvimento, ainda mais na América Latina.

Essa área de estudo surgiu mais especificamente nos Estados Unidos e segundo Souza (2006, p. 22): “O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. ”. Mas o que de fato são políticas públicas?

Não há um consenso e há diferentes definições para o significado da nomenclatura política pública. No entanto, é possível chegar à definição, mais ou menos geral, de que políticas públicas são as ações que os governos decidem realizar – ou não realizar¹⁴ – que de algum modo interferem na vida dos cidadãos, produzindo consequências (Souza, 2006). Assim sendo, cada governo através de suas ideologias irá realizar políticas públicas – compreendendo como ato de agir ou não agir no âmbito público – a qual atinge o resto da sociedade e as possíveis organizações/ações de governos futuros.

Dessa forma, levando em conta o que foi supracitado, podemos compreender o que são as políticas de saúde pública. Elas correspondem às ações ou omissões realizadas pelo governo que impactam na saúde da população, no caso, a população brasileira, e determinam como se dará o funcionamento do cuidado de nosso país. É a partir desse jogo de ideias e interesses que surgiu, no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele surge, pois, o governo e a sociedade como um todo optaram por essa ação de política pública, apostaram na ideia de uma saúde calcada na universalização, equidade e integralidade.

PSICOLOGIA: A QUEM TU SERVES?

No momento atual, o psicólogo está inserido na saúde pública e oferece aporte teórico e prático à comunidade em geral, principalmente nas instituições voltadas à saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) por exemplo. No entanto, nem sempre foi assim. A Psicologia no Brasil é uma ciência relativamente nova e foi regulamentada na Lei Federal nº 4.119/62, em uma situação social na qual estava ocorrendo a intensificação de lógicas autoritárias (Yamamoto, 2007).

Portanto, a psicologia nasceu em um período autoritário e logo após, com o início da ditadura militar em 1964, foi diretamente afetada, tornando-se extremamente tecnicista/teórica desprendendo-se da realidade brasileira e não analisando questões sociais necessárias. Ademais, o debate autônomo e as análises críticas foram censuradas e desestimuladas (Yamamoto, 2007). A psicologia brasileira então foi moldada por essa lógica acrítica da realidade.

É interessante ressaltar que regimes ditatoriais têm essas características. Como Buarque (1994) nos traz, a ditadura tende a levar a estratificação social e ao embrutecimento intelectual, abafando assim criações independentes e a discussão necessária para o surgimento de novos conhecimentos. Desse modo, formam-se apenas profissionais técnicos e alheios à realidade, sem nenhum comprometimento social e com dificuldade para produzir conhecimento autônomo.

Inicialmente, a psicologia esteve vinculada à clínica e à educação. A psicologia era extremamente influenciada por correntes de pensamento americanos e nesse contexto “noções de diferenciação das pessoas a partir da ideia de capacidades inerentes aos indivíduos vão crescer no seio da Psicologia, que produzirá muitos

¹⁴ Compreende-se que um governo que não faz nada em relação a um determinado problema, também está realizando uma forma de política pública ao ignorar a problemática.

instrumentos capazes de fazer estas diferenciações” (Bock, 1999, p. 318-319). O determinismo e naturalização de determinadas problemáticas – principalmente sociais – foram validados e reforçados pela a psicologia neste período.

Ademais, a psicologia em seu início estava muito ligada à clínica e ao setor privado. Era comum, e atualmente ainda é no imaginário social, que o profissional de psicologia se detivesse somente no âmbito clínico, sendo um profissional terceirizado e particular, atendendo somente a demanda das classes altas (Yamamoto, 2007). Devido a isso, a psicologia foi estigmatizada como sendo uma profissão das elites e, portanto, se fez necessário uma discussão acerca do compromisso social do profissional de psicologia.

É levando isso em conta, que Botomé (1979 *apud* Yamamoto, 2007, p. 30) fala e questiona:

[...] cruzando dados dos honorários de psicólogos que atuavam na área predominante (a clínica) com a distribuição de renda no Brasil, concluía que apenas 15% da população brasileira tinha acesso aos serviços profissionais do psicólogo. E indagava: os demais 85% não necessitam desse serviço?

Criou-se então a identidade do psicólogo no Brasil, aquele que serve aos ricos e abastados. Bock (1999, p. 328) sobre isso comenta:

Temos uma identidade profissional que reflete a prática importante que temos tido, porém elitista, restrita, pouco diversificada e colada às necessidades e demandas dos setores dominantes de nossa sociedade. Uma minoria que, possuindo condições de comprar nossos serviços, foi por muito tempo a única usuária deles.

Esse fenômeno começa a mudar com a redemocratização do Brasil. Com bem nos relata Silva Lane (2008, p. 10) sobre esse acontecimento, quando “Finda a ditadura, os antigos militantes políticos começaram a propor a criação de cargos para os psicólogos em instituições como: creches, postos de saúde, escolas, hospitais, etc. todos de caráter público, remunerado pelo o Estado”.

A psicologia, então, passa a se inserir nos movimentos de saúde, especialmente à luta antimanicomial (Bock, 1999). Inicia-se então o desejo por parte dos profissionais da psicologia em estabelecer um contato maior com o resto da população, inserindo-se em outros contextos que não o clínico, ocorre então a inserção do psicólogo em outras áreas como a organizacional, escolar, saúde pública e diversos outros locais tanto públicos como privados.

Uma outra questão que contribuiu para essa migração dos profissionais da psicologia é devido a

questões de estabilidade financeira. Com o advento de lógicas neoliberais e o surgimento de instabilidade financeira, os psicólogos começaram a procurar empregos assalariados, mais especificamente no âmbito privado – como em empresas por exemplo – porém em âmbito público também (Yamamoto, 2007). Desse modo, o psicólogo começa a se inserir na saúde pública a partir de duas pautas, uma social e outra econômica.

PSICOLOGIA, ATUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA

A saúde vem vivendo uma mudança de paradigma, como Matos (2004) nos enuncia, a conceituação de saúde vem saindo de um escopo da doença para uma ênfase no sujeito adoecido. Assim sendo, a atenção da saúde vem deslocando-se do cuidado estritamente médico e focal, para uma visão mais ampla, holística e dinâmica, na qual compreende-se o indivíduo como alguém constituído de modo biopsicossocial.

Portanto, a saúde agora necessita compreender que apenas a atuação biomédica no cuidado das patologias é insuficiente. Lógicas preventivas e de cuidado ao sujeito – e não à doença – passam a fazer parte do arcabouço teórico do profissional da saúde. Além disso, percebe-se a necessidade de olhares multidisciplinares para compreender e melhorar a eficácia do cuidado a população.

Dessa forma, podemos compreender o conceito de promoção de saúde como sendo algo muito mais amplo e multifatorial. Assim sendo:

O conceito de promoção da saúde inclui a ideia de que a saúde pode desenvolver-se ao longo do ciclo da vida e que esta evolução é qualitativa. Inclui ainda a ideia de que a saúde é um processo (e não um estado) que tem a ver com a interação do organismo como o seu ambiente físico e social. (Matos, 2004, p.459).

Isto posto, percebe-se que a promoção de saúde é algo muito complexa e se dá em conjunto com a promoção de um bem-estar social. O psicólogo, então inserido na saúde pública, tem muito a contribuir e a ganhar com esse novo paradigma, tanto que é o profissional da psicologia que estuda o comportamento humano e é o que pode auxiliar na compreensão e na criação de técnicas/intervenções que favoreçam estilos de vida mais saudáveis. (Matos, 2004).

Além disso, o psicólogo com o seu arcabouço teórico tem muito a contribuir no cuidado preventivo. Pois, o mesmo oferece uma visão calcada no sujeito e não na doença, permitindo um cuidado mais humanizado e que compreende que as pessoas são constituídas pelo o espaço sociocultural na qual estão inseridas.

Em vista disso, o psicólogo na saúde pública agora trabalha, em conjunto com diversos outros profissionais, forma-se equipes multiprofissionais, já que se compreende a necessidade de um aporte multidisciplinar, para auxiliar a comunidade e as grandes massas, de um modo dinâmico. Fez-se mister uma mudança de paradigma, a ação do psicólogo “[...] foi-se estendendo à promoção e proteção da saúde das pessoas, e mais tarde à promoção e proteção da saúde das populações nas suas comunidades habituais ou nas comunidades de acolhimento (caso dos migrantes)” (Matos, 2004, p. 457).

Deste modo, segundo Silvia Lane (2008, p.7):

Enquanto a Universidade não romper com o círculo vicioso criado entre um saber congelado que leva à técnicas reprodutivas de um ‘status quo’, ela só conseguirá atender a uma elite intelectual e econômica, para a qual convém manter as coisas como estão...

Consequentemente, compreendendo o supracitado, que se observa a necessidade de uma atuação do psicólogo no âmbito social e político, isso não é uma escolha e sim uma obrigação/necessidade por parte do profissional da psicologia ter um compromisso social. Ainda mais quando sabemos que o Brasil ocupa o 10º lugar na economia mundial, porém, com péssimos níveis de desenvolvimento humano e educacional, sem falar da absurda desigualdade social que ronda o nosso país. (Bock, 1999).

Por fim, “nós, profissionais da vida, não podemos deixar de considerar este quadro, porque é dele e nele que podemos caracterizar as necessidades e demandas para nossa profissão” (Bock, 1999, p. 323). O psicólogo atualmente, apesar de seu passado tecnicista e acrítico, busca e deve comprometer-se socialmente, em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva, pois isso é questão de saúde e o psicólogo é um profissional da saúde, devendo lutar pela a mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se traçar algumas considerações acerca do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, na área da saúde, por meio de um breve apanhado histórico que abordou a Reforma Psiquiátrica e o surgimento do SUS, questões que impactam no papel do psicólogo nesta área e na sua atuação.

Pode-se inferir que, apesar da psicologia ter conquistado um campo de atuação mais amplo nos últimos tempos no setor da saúde pública, ainda são necessárias mais pesquisas sobre a prática psicológica no campo da assistência social, de modo a aprimorar as formas de intervenção e melhor atender às demandas dos

sujeitos que necessitam desse profissional (Barros, 2014).

A inserção da Psicologia no campo social oportuniza, portanto, novas possibilidades de trabalho e a reinvenção das práxis (Ximenes; Paula; Barros, 2009). Pois as intervenções dos psicólogos passam a ser pensadas não somente em ambiente clínico, mas indo além da clínica, necessitando novas posturas e conhecimentos para atuar nesse novo contexto, desmistificando a ideia elitizada que se tem da profissão, comprometendo-se socialmente e tendo o cuidado para não desqualificar a atuação.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia e políticas sociais. **Estudos contemporâneos da subjetividade**. v. 4, n. 1, p.157-170, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1264>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL, **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/lei-8080-lei-organica-da-saude-4163.html>. Acesso em 12 de out. 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estud. Psicol. (Natal)**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, dez. 1999, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2019.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ESCOREL, Sarah. As origens da reforma sanitária e do SUS. In: LIMA, Nísia Trindade (org.). **Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 297-305, Feb. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100036&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

LANE, Silvia T. Maurer. Psicologia Social: teoria e prática. In: RIVERO, Nelson Eduardo Estamado (Org). **Psicologia social: estratégias, políticas e implicações** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 5-12. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Psicologia_social/64DGBwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PA32&printsec=frontcover. Acesso em: 12 out. 2019.

MATOS, Margarida Gaspar de. Psicologia da Saúde, saúde pública e saúde internacional. **Análise Psicológica**. Lisboa, v. 22, n. 3, p. 449-462, set. 2004. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312004000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20 – 45.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, p. 30-37, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 686-699, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932009000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

EDUCAÇÃO, DIÁLOGO E TRANSFORMAÇÃO O ESTUDO DE PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Bruna Laís Dalcin Ott¹⁵

Nairana Pinto¹⁶

Silvia Natália de Mello¹⁷

RESUMO

Pensar a respeito da formação de futuras professoras nos fez pensar qual é o tipo de educação que queremos para o futuro, quando convidadas a trabalhar a vida e a obra de Paulo Freire decidimos por incorporar suas concepções não somente em nossos discursos, mas também nas práticas, no nosso fazer educação. E esse foi o grande desafio, repensar nossas práticas, propor um ensino democrático, dialógico, transformador através de uma relação horizontal com as estudantes. Este trabalho teve como proposta abordar as contribuições das experiências vividas no ensino na formação de professores no 1º ano do Ensino Médio – Modalidade Normal do Instituto Estadual de Educação Cardeal Pacelli para o Estágio Supervisionado III (Ensino Médio Modalidade Normal), do 6º semestre do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia-SETREM.

Palavras chaves

Paulo Freire. Formação de Professores. Educação Transformadora.

ABSTRACT

Thinking about the formation of future teachers made us wonder what kind of education we want for the future, when we were invited to study about Paulo Freire's life and job, it was decided to incorporate their conceptions not only in our discourses, but also in the practices, in our daily education. And that was the great challenge, rethinking our practices, proposing a democratic, dialogical, transformative teaching through a horizontal relationship with students. This work aimed to address the contributions of the experiences lived in the teacher training, in the 1st year of High School. Normal Modality of the Cardinal Pacelli State Institute of Education for supervised Internship III (High School Normal

Modality), of the 06th semester. Full Degree on Pedagogy, Setrem.

Keywords:

Paulo Freire. Teacher training. Transformative Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da experiência no Estágio Supervisionado III (Ensino Médio Modalidade Normal), desenvolvido no 6º semestre do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia-SETREM. As vivências foram na turma do 1º ano do Ensino Médio- Curso Normal, dentro do componente curricular de Didática Geral, do Instituto Estadual de Educação Cardeal Pacelli, em Três de Maio, RS.

A professora regente da turma solicitou que, durante quatro dias de duas horas aulas, trabalhássemos a vida e obra de Paulo Freire, por isso nos preocupamos em realizar as aulas de maneira mais democrática e dialógica possível, levando em consideração os ensinamentos deste pedagogo. Dessa forma o Estágio Supervisionado nos desafiou a ir para além dos estudos teóricos, foi o momento de pensar a prática da formação de professores com o 1º ano do Ensino Médio - Curso Normal.

Primeiramente, realizamos um breve diagnóstico da turma através de conversas e observações das aulas, em seguida foi possível elaborar os planos de aula. Nos preocupamos em apresentar a história de vida de Paulo Freire, suas obras, as suas principais contribuições para a educação, bem como textos sobre a visão freireana de alguns conceitos como esperança, amorosidade e professor.

As aulas aconteceram tranquilamente, apostamos em momentos de diálogos e rodas de

¹⁵ Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia – SETREM bruna-ott@hotmail.com

¹⁶ Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia – SETREM nairanapinto17@gmail.com

¹⁷ Pedagoga, Mestre em Educação nas Ciências, Professora do Componente – silvianmello@gmail.com

conversas procurando estabelecer uma relação de trocas de saberes e uma aproximação das estudantes. As atividades propostas eram flexíveis de maneira que as normalistas pudessem ter espaço para se expressarem nas produções.

Este trabalho nos proporcionou uma experiência importantíssima para a nossa própria concepção como pessoa e profissional da educação. Ter a oportunidade de experienciar à docência em um curso de formação de professores, nos faz ampliar os conhecimentos acerca da profissão, repensando o fazer pedagógico em suas diversas possibilidades.

DESENVOLVIMENTO

Os estudos e práticas do componente Estágio Supervisionado III (Ensino Médio Modalidade Normal) nos proporcionaram grandes transformações, tanto no que diz respeito da vida pessoal como profissional. A proposta de vivenciar a formação de professores enquanto acadêmicas 6º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia-SETREM nos provocou e nos desafiou.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo de natureza qualitativa, que de maneira diversa, não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, (Godoy, 1995), mas centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (Silveira e Córdova, 2009)

Nas aulas utilizamos metodologias ativas, onde as alunas foram protagonistas do processo de ensino, propondo uma educação que transforme, de acordo com Morán (2015, p.17). As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa.

Dessa maneira, no fazer pedagógico propiciamos: aulas expositivas e dialogadas, leituras, discussões, análise de filmes e vídeos, textos escritos elaborados a partir de várias fontes de pesquisa, apresentação de trabalhos, confecção e exposição de materiais didáticos, seminários, organização de portfólios, cartazes, murais e outros, explorando a maior variedade possível de recursos didáticos.

Concomitantemente ao desenvolvimento dos conhecimentos, realizamos intervenções de cunho

prático, exemplificando, sugerindo e permitindo relatos de vivências pessoais, que auxiliaram na compreensão dos assuntos abordados. Portanto, propomos momentos de debates, reflexões e elaboração de trabalhos de maneira dialógica e democrática, sempre levando em consideração o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da escola, bem como as aprendizagens construídas durante o curso de Licenciatura em Pedagogia.

O grande desafio foi pensar práticas, intervenções e vivências que tocassem as estudantes, e que, ao mesmo tempo, cumprissem os conteúdos previstos, considerando que ensinar exige grande responsabilidade, ainda mais no que diz respeito a formação de futuras professoras.

Dessa maneira pensamos a formação de professores “baseados numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos” (Nóvoa, 2011).

Nessa perspectiva durante nossas observações e planejamentos buscamos respaldo com as professoras mais experientes que nos cercaram, como a professora regente da turma e a professora do componente Estágio Supervisionado III, através de diálogos e trocas de experiências pudemos pensar como seriam as abordagens realizadas na turma. A professora regente sugeriu que trabalhássemos a vida e a obra de Paulo Freire.

Portanto, primeiramente realizamos um breve diagnóstico na turma do 1º ano do Ensino Médio - Curso Normal, através de observação e questionário. Assim, pudemos constatar que se tratava de uma turma com 24 estudantes, todas mulheres, entre 15 e 17 anos. A maioria delas não tinha ouvido falar de Paulo Freire e apenas 20% gostariam de atuar na profissão.

Então, precisávamos realizar um planejamento que cativasse elas, que dialogasse com suas realidades, expectativas e necessidades. Como cativá-las? Decidimos propor atividades que pudessem integrar momentos práticos, teóricos e dialógicos. Levando sempre em consideração os conceitos de Paulo Freire, como por exemplo o diálogo, a liberdade e a criticidade.

Paulo Freire (1959) aponta que todo o planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder as marcas e aos valores desta sociedade. Pensando nisso, planejamos aulas que as estudantes pudessem participar, estabelecendo uma relação de diálogo e interação para que pudessem compreender melhor as necessidades das estudantes, seus anseios e perspectivas.

Procuramos estudar mais afundo a vida e a obra de Paulo Freire, para que seus ensinamentos não fossem apenas passados para as estudantes, mas sim vividos por todos nós. De acordo Leonardo Boff (1989, p.03)

Por onde passou (Paulo Freire) transmitiu essas ideias de aproximação do povo oprimido, que a educação possa ser feita com diálogo, compreensão, respeito e diálogo, mas também com indignação, transformação, ação. Numa palavra trata-se de educação como um “ato amoroso”, enfatizando-se igualmente os dois termos: “ato” como ação, prática, libertação e “amoroso” como bem-querer, confiança e reciprocidade.

Sendo assim, amorosidade no ato de educar, de acordo com as concepções freireanas, promove o afeto, o compromisso, a solidariedade, humildade e compreensão na perspectiva de valorização do outro, buscando fortalecer as relações interpessoais. Nesse sentido, amorosidade no ato de educar traz esperança para os espaços educativos, proporcionando reflexões e aprendizagens significativas.

Foi nessas perspectivas que elaboramos os planos de aula, procurando maneiras de fazer educação com diálogo, respeito e compreensão e que esses e outros conceitos tão falados nas obras de Freire pudessem ser incorporados no fazer pedagógico das futuras professoras.

Já no início da primeira aula conversamos com as estudantes sobre a dinâmica das aulas, perguntamos para elas o que elas achavam em realizar as aulas sentadas em círculo e numa perspectiva de trocas de ideias, onde todos teriam vez para expressar suas opiniões, de forma organizada, respeitosa e democrática. Todas concordaram.

Assim, as aulas foram bem dinâmicas, realizamos atividades em círculos com as classes, sentadas no chão, estudos ao ar livre no campo e pátio da escola. Durante as explicações procuramos estabelecer vínculo entre a teoria e a realidade vivida nas escolas e na sociedade as meninas foram participativas, construindo uma relação de trocas no grupo.

Propomos às estudantes leituras sobre alguns conceitos que Paulo Freire traz em suas obras como diálogo, amorosidade, liberdade, criticidade, entre outros e após realizamos um Café Pedagógico, com o intuito de conversar sobre as leituras, construindo conceitos e refletindo sobre eles. Esse movimento de estudo, reflexão e diálogo se fez importante para vincular a teoria com a prática e as vivências das estudantes. Além disso propomos a produção de cartazes, poesias, textos e pequenos teatros. Este é um fragmento da poesia das estudantes Ana e Vitória, através da pesquisa da concepção freiriana Ação- reflexão:

Analisar e refletir,

Para então agir.

Transformar sua realidade

Expressar sua verdade

Para formar cidadão crítico,

Que não se deixa oprimir.

Que decide e opina.

Para um mundo melhor construir

Percebemos através das produções que de fato as estudantes refletiram sobre os assuntos trabalhados, não apenas absorvendo conteúdos, mas produzindo conhecimento, dialogando, construindo, colocando seus pensamentos nas produções. Ficamos felizes, pois buscamos proporcionar aulas onde todas pudessem contribuir. O próximo fragmento é uma poesia do estudo da concepção freiriana de esperança realizada pelas estudantes Carolina e Eduarda:

O que é de fato a esperança?

Será aquilo se alcança?

Sábio Paulo Freire que nos diga

Esperança é palavra amiga.

Não desistir e correr atrás

Mostrar que se é capaz

Diferente de cruzar os braços e esperar

As ideias apresentadas nos dois fragmentos nos fazem pensar a respeito de papel da professora no desenvolvimento de aula onde o aluno seja o protagonista, para que aprenda a buscar instrumentos para melhorar sua vida, sua comunidade. “Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar conscientemente, para transformar a realidade” (Shor; Freire, 1986). Por meio de momentos de troca de ideias e saberes nos possibilitamos a conhecer e compreender o meu e o mundo do outro, para que possamos refletir o mundo que queremos.

Paulo Freire, em suas obras, nos faz refletir acerca da realidade em que vivemos para que possamos transformá-la, construir uma educação libertadora, emancipatória e democrática, onde as pessoas tenham instrumentos para melhorar suas vidas, suas relações, suas comunidades. Para tanto é necessário nos percebermos no mundo como seres inacabados, inconclusos e incompletos na constante busca pelo aprender, na simplicidade.

CONCLUSÃO

O Estágio Supervisionado III (Ensino Médio Modalidade Normal) nos proporcionou importantes vivências, contribuindo de forma significativa na articulação entre teoria e prática, essa oportunidade nos faz evoluir como futuras pedagogas, ampliando nossos conhecimentos acerca das possibilidades da profissão.

Pensar Paulo Freire dentro da formação de futuras docentes nos desafiou visto a sua extraordinária contribuição para a educação. O autor nos faz refletir acerca da educação como liberdade, onde através do ensino o estudante possa despertar sua criticidade desenvolvendo instrumentos para buscar a transformação social e assim, libertar-se do sistema opressor existente.

No que diz respeito à formação de futuras professoras percebemos a importância de instigá-las a pensar, buscar e refletir conceitos como transformação, diálogo, reflexão, criticidade, liberdade, para que possam ser incorporados em seu fazer pedagógico, na busca por uma educação justa e democrática.

Por fim, consideramos que o Estágio Supervisionado III nos transformou como pessoa e profissional. Nos desafiamos a proporcionar uma relação horizontal entre nós e as normalistas, foi uma experiência encantadora. As estudantes participaram efetivamente das aulas e imergiram juntamente conosco, a estudar Freire.

REFERÊNCIAS

BOFF, Clodóvis. Apresentação. In: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer:** Teoria e prática em educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 141 f. Tese - Curso de História da Filosofia da Educação, Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

MORÁN, José. 2015. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofélia Elisa Torres (Orgs.). **Mídias contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: Aproximações Jovens**. São Paulo, v. 2, n. 1, p.15-32, jan. Disponível em: <<http://rh.newwp.unis.edu.br/wp-content/uploads/sites/67/2016/06/Mudando-a-Educacao-com-Metodologias-Ativas.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

NOVOA, Antonio. **O regresso dos professores**. Lisboa: Melo, 2011.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção educação e Comunicação, v. 18)

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto (Org.). **A pesquisa científica: Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

MAPEAMENTO DO PROCESSO PRODUTIVO EM UMA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Kétlin Andressa Müller¹⁸

Alexandre Chapoval Neto¹⁹

Maria Margarete Baccin Brizolla²⁰

RESUMO

O presente estudo desenvolveu-se na Metalúrgica Apag Ltda, localizada na cidade de Horizontina, Rio Grande do Sul, que atua em projetos de embalagens metálicas novas, e manutenção de embalagens em uso para um cliente em especial. O objetivo foi estudar e analisar os processos produtivos de recuperação de embalagens metálicas, focado nas embalagens tipo contêineres e embalagens especiais. Com base na necessidade identificada, o problema da pesquisa foi: quais ações de melhoria podem contribuir no processo de manutenção de embalagens metálicas a partir do mapeamento de processos? Para este estudo foram utilizadas como metodologia: abordagem dedutiva, quantitativa e qualitativa. Os procedimentos utilizados foram: pesquisa descritiva e estudo de caso. Técnicas de coleta de dados: observação, pesquisa bibliográfica, entrevistas informais, levantamento fotográfico e pesquisa documental. Após a coleta, teve-se a análise dos dados por meio de análises de conteúdo, tabelas, gráficos, a partir do Software Excel e o aplicativo Endomondo, para medir distâncias. Após isso, para auxiliar a responder o problema da pesquisa, foram esclarecidos e discutidos os objetivos específicos propostos, que são: a apresentação das embalagens que a empresa faz manutenção, mapeamento dos processos, identificação das oportunidades de melhoria, proposição de ações de melhoria, e apresentação dos benefícios que as propostas podem gerar. E junto aos objetivos específicos, pode-se analisar e sugerir melhorias ao processo, onde foram sugeridas 21 propostas, e destas, 12 já foram implementadas durante o período do estudo, a partir, principalmente do mapeamento dos processos.

Palavras-chave: Indústria Metalúrgica. Mapeamento de Processos. Ações de Melhoria.

ABSTRACT

The present study was developed at Metalúrgica Apag Ltda, located in the city of Horizontina, Rio Grande do Sul, which works on new metal packaging projects and

maintenance of packaging in use for a particular customer. The objective was to study and analyze the productive processes of recovery of metallic packaging, focused on containers type containers and special packages. Based on the identified need, the research problem was: which improvement actions can contribute to the process of maintenance of metallic packaging from the process mapping? For this study were used as methodology: deductive, quantitative and qualitative approach. The procedures used were: descriptive research and case study. Techniques of data collection: observation, bibliographic research, informal interviews, photographic survey and documentary research. After the data collection, we analyzed the data through content analysis, tables, graphs, from Excel Software and the Endomondo application to measure distances. After that, to help answer the research problem, the specific objectives proposed were clarified and discussed, which are: the presentation of the packages that the company maintains, mapping processes, identifying improvement opportunities, proposing improvement actions, and presentation of the benefits that the proposals can generate. In addition to the specific objectives, it is possible to analyze and suggest improvements to the process, where 21 proposals were suggested, of which 12 were already implemented during the study period, mainly from process mapping.

Keywords: Metallurgical industry. Process Mapping. Improvement Actions

INTRODUÇÃO

Percebe-se que no Rio Grande do Sul o setor metal mecânico tem grande representatividade, e abrange um diversificado ramo industrial, que precisa oferecer produtos e serviços de qualidade para seus clientes. Na região noroeste do Estado, localiza-se a Metalúrgica Apag Ltda, objeto deste estudo, atua principalmente como terceirizada de uma grande indústria multinacional do ramo metal mecânico, realizando como atividade principal a manutenção de embalagens metálicas para transporte de peças.

¹⁸Bacharela em Engenharia de Produção – SETREM. ketlinandressa1996@gmail.com

¹⁹Professor do curso de Engenharia de Produção. – SETREM. Chapoval_alex@yahoo.com.br

²⁰Professora Unijui

A empresa programa sua produção de acordo com a demanda dos clientes, alterando os tipos de produtos em linha conforme os pedidos recebidos, os setores presentes na produção são: recebimento, inspeção, corte, furação, dobra, solda, acabamento I, pintura, montagem das proteções, acabamento II, revisão final e expedição.

As empresas necessitam gradualmente investir em seus processos, para obtenção de um aperfeiçoamento interno, o mapeamento de processos vem a calhar para o planejamento e execução destes investimentos, e para a melhor percepção das oportunidades de melhoria, é uma ação que gera ganhos, por demonstrar as limitações existentes e posteriormente buscar suas soluções.

Este trabalho tem como foco a otimização do fluxo de máquinas, matérias-primas, estoques e produtos, no ambiente produtivo da empresa, através do mapeamento de processos, baseando-se em referenciais teóricos, entrevistas com gestores e colaboradores, visitas e acompanhamentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se a abordagem dedutiva, onde parte-se de um conhecimento abstrato, que pode ser uma teoria, uma lei geral, ou mesmo uma hipótese temporariamente aceita como verdade e, a partir desse ponto uma sequência finita de sentenças busca-se prever um resultado (Audi, 1995 *apud* Lovato, 2013). O trabalho caracteriza - se como abordagem dedutiva, pelo entendimento do processo produtivo, mapeamento de processos, gestão da qualidade e minimização de desperdícios, partindo do geral para o específico, em busca de uma conclusão almejada.

Para Lovato (2013, p. 38), a abordagem quantitativa caracteriza-se como “aquela em que as conclusões são frutos de dados numéricos e análise estatística”. A abordagem quantitativa foi aplicada para análise do processo produtivo, como no número de embalagens que a empresa recebe para realização da manutenção, número de postos de trabalho, quantificação de tempos e distâncias entre os postos, inventários, desperdícios, tempos de execução e deslocamento das atividades, entre outros.

A abordagem qualitativa, segundo Lovato (2013), apresenta um resultado descritivo que não se origina em números e dados estatísticos. Tem caráter exploratório com intenção de entender/ compreender o evento em análise. A abordagem qualitativa foi utilizada para dar embasamento na pesquisa, as informações coletadas que não são expressas em números, como a

descrição da empresa e processos produtivos, o seu ramo de atuação, organização de setores e fluxogramas de processos produtivos.

Conforme descreve Prodanov e Freitas (2013, p. 36) os métodos de procedimentos são menos abstratos, constituindo as etapas do estudo. “Estão relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos pelo pesquisador dentro de determinada área de conhecimento” e visam garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos, fornecendo orientação relacionado a obtenção, processamento e validação dos dados.

A pesquisa descritiva é aquela ‘que tem como características a observação dos fatos, os registros, as análises, a classificação e a interpretação dos mesmos, sem a interferência do pesquisador sobre eles’ (Güllich; Lovato; Evangelista, 2007, p. 35). Foi utilizada para descrever a situação em que se encontra os seus processos produtivos, para realização da análise dos mesmos, e para a identificação de ações que possam contribuir na melhoria no processo de manutenção de embalagens metálicas.

Segundo a definição de Lima *et al* (2012) o estudo de caso é empregado quando se deseja buscar como e porque um conjunto de eventos acontece. Através da exploração de situações reais, descreve a situação em um contexto fazendo uma breve verificação e formulação de hipóteses.

O presente trabalho se caracteriza como estudo de caso pois trabalha um caso específico, de identificação de ações que possam contribuir na melhoria no processo, em uma indústria metalúrgica. Lakatos e Marconi (2012, p. 111) afirmam que as técnicas “são consideradas um conjunto de preceitos ou processos que correspondem, portanto, a uma parte prática de coleta de dados”.

A coleta de dados consiste em pesquisar, juntar informações teóricas e práticas sobre o assunto desenvolvido no projeto, agrupando-os para uma posterior análise de dados (Güllich; Lovato; Evangelista, 2007). A coleta de dados foi realizada na empresa em estudo, com gestores e colaboradores, através de observação, pesquisa bibliográfica, entrevistas informais, levantamento fotográfico e pesquisa documental.

A análise de dados consiste no processo de transformar um conjunto de dados, verificando-os melhor, dando-lhes uma razão (Güllich; Lovato; Evangelista, 2007). A análise se deu pela análise de conteúdo, *software Excel*, *Software Auto CAD* e *Aplicativo Endomondo*.

REFERENCIAL TEÓRICO

A. SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Os sistemas de produção, consistem em transformar as matérias-primas (entradas) de um processo (transformação) e gerar um produto ou serviço (saída), com valor agregado, útil ao cliente (Pasqualini; Lopes; Siedenberg. 2010).

Segundo Ruffoni (2012), a sequência de operações em um processo produtivo, onde através de equipamentos, materiais e ferramentas, dispostos em um arranjo físico, é produzido um determinado produto, chama-se de sistema de produção. O sistema de produção não trabalha de forma isolada, ele constantemente sofre influências internas e externas, o que afeta sua performance.

B. PROCESSO PRODUTIVO.

Machado (2012, p. 17) afirma que um processo é uma série de tarefas interligadas entre si, que quando são realizadas, geram os resultados almejados. Mesmo não estando descrito, toda empresa contém uma série de processos realizados. “Não existe um produto ou serviço sem que haja um processo. Da mesma maneira, não existe um processo sem um produto ou serviço.”

Conforme afirmam Peinado e Graeml (2007, p. 45), “um processo é uma forma sistemática de fazer as coisas. Todos os processos de administração ocorrem na forma destes ciclos, que podem ser utilizados em maior ou menor escala.” Os autores afirmam ainda que um processo de produção ocorre quando os recursos que vão ser transformados e os transformadores são colocados juntos, para originar um produto final.

C. MAPEAMENTO DOS PROCESSOS

O mapeamento dos processos parte da identificação de todos os processos de uma empresa, e, a partir disto, é desenvolvido um fluxograma, constando as informações de cada atividade dentro do processo.

“Mapeamento de processos: descrição gráfica do funcionamento de um processo por meio de fluxos, auxiliando a visualização do processo, o relacionamento de suas variáveis e o relacionamento com outros participantes, eventos, resultados, dentre outros” (MPF/PGR, 2013, p. 59).

De acordo com Oliver (2010, p 72), “O mapeamento de processos define claramente como funcionam os macros e subprocessos, seus relacionamentos, quem realiza cada atividade e quando”. Os processos podem variar em cada organização, pois os ramos são distintos. Sendo que a diversificação das entradas que vai definir as saídas.

D. DESPERDÍCIOS

França (2013), define desperdício, como sendo tudo que não agrega valor ao produto final, e define oito tipos principais de desperdícios que afetam a lucratividade da empresa, sendo eles: a superprodução, excesso de estoques, tempo de espera, logística, movimentação, superprocessamento e falta de qualidade, subaproveitamento de ideias e competências.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

E. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa Apag iniciou suas atividades em Ijuí - RS, chamada de Apag Comércio de Extintores Ltda, voltada a área de prevenção de incêndios, PPCI, projetos, e construção civil. A partir de uma nova demanda de mercado, em uma área que ainda não atuava, percebeu novas oportunidades de investimentos, agora então no setor metal mecânico, dando origem a empresa Ivan e Costa Ltda – também conhecida por Apag Metalúrgica, que foi fundada por dois sócios, na data de 27 de outubro de 2014, na cidade de Horizontina, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde se deu o presente estudo.

F. IDENTIFICAÇÃO DAS EMBALAGENS QUE A INDÚSTRIA REALIZA MANUTENÇÃO

A indústria em questão além da fabricação de estruturas metálicas, esquadrias de metal e serviço de confecção de armações metálicas para construção civil, atua em dois ramos em especial, o projeto e fabricação de embalagens novas e a manutenção de embalagens em uso, a área de embalagens possui um cliente em especial que é o responsável por todas as embalagens que passam pela indústria.

Na figura 01 é possível verificar um quadro com o histórico semestral de recuperação de embalagens, o quadro está dividido em embalagens tipo contêiner grande, contêiner pequeno, contêiner escamoteável, e embalagens especiais tipo X, Y e Z. Buscou-se neste histórico as embalagens que apresentam maior demanda de manutenção, para fazer uma análise de como se comportam nos diversos períodos de produção.

Figura 1 - Histórico semestral de manutenções

MANUTENÇÃO DE EMBALAGENS						
TIPOS	PERÍODO					
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
CONTÊNER GRANDE	108	97	95	115	113	99
CONTÊNER PEQUENO	32	35	30	41	25	20
CONTÊNER ESCAMOTEÁVEL	30	20	15	16	19	22
EMBALAGEM ESPECIAL X	15	9	19	14	14	23
EMBALAGEM ESPECIAL Y	21	28	27	20	10	22
EMBALAGEM ESPECIAL Z	13	19	22	21	15	13
TOTAL MENSAL	219	208	208	227	196	199

Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

Percebe-se através que o contêiner grande é o que apresenta maior demanda, representado aproximadamente, já das embalagens especiais, que armazenam peças específicas, pode-se verificar que a embalagem do tipo Y, foi a que registrou o maior número de manutenções no semestre.

Existem duas categorias na manutenção, as embalagens tipo contêiner que são as mais utilizadas, pois suportam peças diversas, e as embalagens especiais são desenvolvidas de acordo com peças específicas que não podem ser alocadas em contêineres, devido ao seu tamanho e/ou formato. Na figura 02 é possível verificar uma embalagem tipo contêiner grande.

Figura 2 - Exemplo de contêiner grande padrão



Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

Na figura 03 verifica-se uma embalagem especial tipo Y.

Figura 3 - Exemplo de embalagem especial tipo Y



Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

Na figura 04 é possível verificar um relatório exemplificando as não conformidades de uma embalagem, onde estão circulados os danos, e logo ao lado descritas as não conformidades existentes.

Figura 2 - Exemplo de não conformidades de uma embalagem

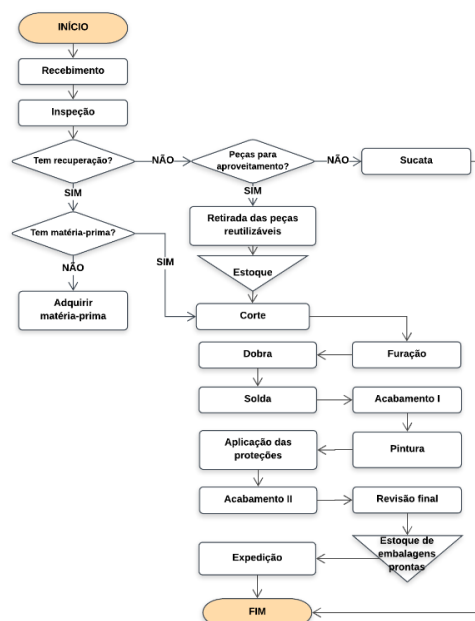
NÃO CONFORMIDADES CONTÊNER GRANDE	
	01 - apoio danificado
	02 - código apagado
	03 - pintura danificada
	04 - sapata danificada
	05 - guia de garfo torto

Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

G. MAPEAMENTO DO PROCESSO PRODUTIVO DE RECUPERAÇÃO DE EMBALAGENS

A partir da análise de todos os processos que compõem a indústria estudada, desenvolveu-se o fluxograma do processo de recuperação de embalagens, a figura 05 ilustra de forma clara e resumida o fluxo principal do processo.

Figura 3 - Mapeamento do processo produtivo da empresa



Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

Através de um estudo histórico, em planilhas de controle de embalagens, buscou-se verificar a utilização de cada setor de recuperação de embalagens durante um semestre, no período de maio a outubro do ano de 2018, devido ser o período que o pesquisador desenvolveu o estudo na indústria. Na figura 06 é possível observar os dados percentuais de manutenção de embalagens por setor.

Figura 4 - Percentual semestral de utilização de setores

PERCENTUAL DE MANUTENÇÃO DE EMBALAGENS POR SETOR NO SEMESTRE							
SETOR	TIPOS DE EMBALAGENS						
	CONTÊINER GRANDE	CONTÊINER PEQUENO	CONTÊINER ESCAMOTEÁVEL	ESPECIAL X	ESPECIAL Y	ESPECIAL Z	MÉDIA
RECEBIMENTO	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
INSPEÇÃO	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
CORTE	95,7%	90,7%	71,3%	62,8%	78,1%	75,7%	79,1%
FURAÇÃO	19,1%	6,6%	22,1%	81,9%	42,2%	43,7%	35,9%
DOBRA	14,2%	13,7%	17,2%	12,8%	25,0%	23,3%	17,7%
SOLDA	97,8%	90,7%	88,5%	68,1%	79,7%	88,3%	85,5%
ACABAMENTO I	3,3%	2,7%	7,4%	5,3%	5,5%	5,8%	5,0%
PINTURA	47,8%	65,6%	82,0%	83,0%	88,3%	93,2%	76,6%
APLICAÇÃO DAS PROTEÇÕES	0,0%	0,0%	0,0%	72,3%	71,1%	54,4%	33,0%
ACABAMENTO II	0,0%	0,0%	0,0%	4,3%	8,6%	6,8%	3,3%
REVISÃO FINAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
EXPEDIÇÃO	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte - MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

A seguir estão descritas todas as etapas do processo produtivo da empresa, onde em cada uma realizou-se a análise das oportunidades de melhorias, em algumas sugeriu-se melhorias, onde algumas foram implantadas e apresentou-se os benefícios gerados em cada uma delas, porém algumas não puderam ser implantadas devido ao período do estudo.

i.Recebimento

Atualmente os processos produtivos da empresa ocorrem de acordo com um *layout* misto, em células e por processos, onde se iniciando-se com a recepção das

embalagens para recuperação, no setor de recebimento. O recebimento consiste na recepção das embalagens do cliente, no pátio da empresa, onde as embalagens vêm em um carro de transporte, puxado por um trator, ou em cima de um caminhão.

Análise de oportunidades de melhoria: juntamente com as embalagens vem a nota fiscal do cliente, e nesta nota constam os códigos e quantidades de cada embalagem, porém, percebe-se que muitas vezes as embalagens não possuem código, pela pintura danificada ou o código acabou se apagando. Em outros casos, o código da nota não confere com o código físico da embalagem, impedindo o preenchimento do relatório, o que acaba dificultando o setor administrativo a lançar os custos das embalagens, além de acarretar atrasos no setor de devolução.

Sugestão de melhoria: sugeriu-se que nesta etapa seja feita a verificação e conferência de códigos e quantidades no recebimento das embalagens, e anexado o relatório plastificado, já preenchido com o código da embalagem a que se refere, sempre que vier uma carga nova de embalagens para manutenção, pois estes pontos se observados logo no início do processo, facilitam as etapas posteriores, não gerando atrasos de entrega.

Melhorias implementadas: para resolver esta necessidade, um colaborador foi alocado para desempenhar esta função, quando ocorre a chegada de uma nova carga de embalagens o responsável realiza a conferência, anexa o relatório plastificado devidamente preenchido com o código da embalagem e faz as observações necessárias.

Benefícios gerados: a verificação, conferência e emprego do relatório em cada carga na chegada à

empresa aprimorou os processos, não acontecendo mais falta ou sobra de embalagens na devolução, códigos incorretos, e não ocorrem mais atrasos de entrega.

ii. Inspeção

Dado o recebimento das embalagens observa-se que o processo acontece em células, onde o colaborador inicia e termina um conjunto de etapas do processo, para posteriormente a embalagem seguir a o próximo setor.

Nesta atividade, a partir de análises visuais realiza-se a inspeção dos danos da embalagem, e o que pode ser recuperado é destinado para a recuperação, ou se não pode mais ser recuperado devido ao seu estado precário, é classificado como sucata, então a embalagem passa por uma análise geral, que avalia possui materiais que podem ser reaproveitados, se sim, segue para a segregação, onde são retiradas as partes e peças que podem ser reutilizadas em outras embalagens, e essas peças ficam no estoque de matéria-prima, já o que não pode mais ser reutilizado segue para o processo de sucateamento.

As embalagens a partir da inspeção seguem para o setor efetivo de recuperação, e as próximas etapas ocorrem ainda em célula, cada célula de recuperação possui os materiais e equipamentos necessários para realizar a manutenção da embalagem, e é composta por um equipamento para furação, dobra, solda e corte.

Análise de oportunidades de melhoria: a) Quando se inicia o processo de manutenção, o motorista da empilhadeira é acionado, então busca uma embalagem no pátio, para ser trabalhada, e, dentro do pavilhão, avalia-se a disponibilidade de material, e inicia-se imediatamente o processo de recuperação, caso contrário, é providenciada a compra do material necessário, e a embalagem é deslocada novamente para o pátio aguardando a chegada do material, para então iniciar sua recuperação, gerando perdas de transporte.

b) A partir da inspeção, é anexado um relatório, com fita, nas embalagens que deve percorrer todo o processo, devendo ser preenchido pelos colaboradores responsáveis pela manutenção, em cada posto, descrevendo o setor onde a atividade foi realizada, o material utilizado, e o tempo despendido na recuperação. Porém, percebeu-se que este relatório em alguns momentos acaba sendo esquecido, e não é preenchido de forma correta.

Sugestão de melhoria: a) Sugeriu-se então que o motorista da empilhadeira verifique a disponibilidade de matéria-prima e leve três embalagens iguais tipo

contêiner em cada trajeto, e as embalagens especiais duas em cada trajeto.

b) Para o relatório que não é preenchido de forma correta, sugeriu-se que seja realizado um treinamento com todos os colaboradores, explicando a importância do preenchimento correto do relatório, e ensinando-os como deve-se efetuar o preenchimento.

Melhorias implementadas: a) Buscou-se através de medições durante o período de uma semana, a média de distância que a empilhadeira percorre durante o dia para deslocamento do contêiner grande e da embalagem especial tipo Y, os dados estão dispostos na figura 09.

Na semana que a medição de distâncias foi realizada, verificou-se que ocorreu a recuperação de 29 embalagens tipo contêiner grande, e 6 embalagens especiais do tipo Y, que somaram uma distância percorrida de 1374,6 metros, e as embalagens que foram até o primeiro setor e registrou-se a falta de matéria-prima, foram 2 embalagens tipo contêiner grande (156,8 metros), e 1 embalagens especiais do tipo Y (11,2 metros).

Com a sugestão que a empilhadeira leve três embalagens iguais tipo contêiner em cada trajeto, e as embalagens especiais duas em cada trajeto, isto resultou em uma diminuição de distância total de 4068,5 metros semanais, conforme descrito na figura 07.

Figura 5 - Distância percorrida diariamente pela empilhadeira

DISTÂNCIA PERCORRIDA DIARIAMENTE EMPILHADEIRA				
TIPOS	DISTÂNCIA PERCORRIDA (metros)		Diferença por embalagem	Ganho percentual
	ANTES	DEPOIS		
CONTÊINER	4819,8	1606,6	3213,2	67%
EMBALAGEM ESPECIAL	1374,6	687,3	687,3	50%
FALTA DE MATÉRIA-PRIMA CONTÊINER	156,8	0	156,8	100%
FALTA DE MATÉRIA-PRIMA ESPECIAL	11,2	0	11,2	100%
TOTAL	6362,4	2293,9	4068,5	64%

Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

b) Realizou-se um treinamento explicando para cada colaborador como deve-se efetuar o preenchimento do relatório, bem como para cada novo funcionário admitido na empresa, são repassadas as informações.

Benefícios gerados: o processo de separação de embalagens de acordo com a disponibilidade de matéria-prima diminuiu em 64% a distância total percorrida diariamente para o deslocamento do contêiner grande e da embalagem especial tipo Y, e como agora é realizada a verificação de disponibilidade de matéria-prima antes da embalagem ser movida até o pavilhão, só são levadas as embalagens que serão efetivamente recuperadas. Os casos de preenchimento incorreto do relatório

diminuíram consideravelmente, com o relatório plastificado contendo o código da embalagem.

iii. Corte

O corte dos tubos é realizado através de serras fita, situadas no pavilhão 03, onde há dois colaboradores responsáveis por este setor, nas bancadas os cortes são realizados através de moto esmeril ou poli cortes, que estão disponíveis em cada célula de recuperação. No pavilhão 01 estão alocadas a guilhotina hidráulica e a máquina de corte a laser, responsáveis pelo corte das matérias-primas, principalmente chapas, utilizadas para as manutenções de embalagens e na metalúrgica em geral.

Análise de oportunidades de melhoria: a) Pode-se perceber através de entrevistas com os colaboradores que trabalham neste setor, que não há um local adequado para colocação dos retalhos gerados no processo de corte, os retalhos ficam alocados na frente das matérias-primas, dificultando o acesso, e os materiais não possuem algum tipo de identificação. Devido a esta situação o colaborador muitas vezes poderia ter utilizado um retalho ao invés de cortar um tubo novo para utilização.

b) Verificou-se também que o espaço do setor é bastante limitado, o espaço entre as máquinas é insuficiente de acordo com a NR 12²¹ de máquinas e equipamentos, o setor também não possui local para armazenamento de toda a matéria-prima, necessitando esta ficar fora do pavilhão quando há uma grande demanda de industrialização.

Estas matérias-primas que ficam alocadas no lado externo, expostas as influências climáticas, acabam muitas vezes oxidando, e sofrendo danos, sendo então inutilizadas, ou gerando retrabalhos, o que adiciona custos ao processo. Vale ainda ressaltar que não possuem nenhuma identificação, quando o colaborador precisa utilizá-las necessita realizar a medição.

c) Verificou-se ainda, que as serras fitas não possuem nenhum tipo de manutenção preventiva, apenas quando seus componentes apresentam algum dano, são trocados. A limpeza das serras fita também não ocorre periodicamente, sendo efetuada apenas quando há muita limalha nas bancadas, a troca do fluido de corte ocorre somente quando este está em nível crítico. A limpeza do

armazenamento do fluido de corte é realizada somente em caso de muita sujeira, e os filtros e bombas não são revisados, não havendo uma padronização de períodos.

d) No pavilhão 01 estão alocadas a guilhotina hidráulica e a máquina de corte a laser, responsáveis pelo corte das matérias-primas. Neste setor não há um local adequado para matérias-primas, e as chapas ficam encostadas na parede, o que é um risco de segurança para quem fica próximo, não possuem identificação, e não existe atualmente locais demarcados para cada equipamento e corredores. Verifica-se ainda, que o setor de corte é bastante descentralizado, pois as serras fitas estão alocadas no pavilhão 03 e a máquina de corte a laser e a guilhotina encontram-se no pavilhão 01.

Sugestão de melhoria: a) Para as matérias primas nas áreas externas, sugere-se que seja construída uma área coberta, com prateleiras devidamente identificadas para cada matéria-prima, podendo colocá-las em um único lugar, devidamente organizado e identificado, de fácil acesso.

b) Sugeriu-se que as áreas pertencentes a cada equipamento sejam devidamente identificadas, com pintura no piso, pois os materiais e embalagens de outros postos acabam sendo colocados nos corredores e na frente das máquinas.

c) Na empresa não ocorre ainda a manutenção preventiva, havendo apenas a corretiva, para isso sugeriu-se o desenvolvimento de uma lista de manutenção preventiva, com inspeções periódicas, de limpeza, verificação do motor, filtros, serra, fluido de corte, e inspeções gerais, que devem ser realizadas através de verificações visuais, manuais e auditivas.

d) Para as chapas que estão alocadas em local inadequado, gerando riscos à segurança dos colaboradores sugeriu-se que sejam desenvolvidas algumas embalagens para colocá-las, que permitam que o operador consiga pegá-las facilmente e também possam ser transportadas com a empilhadeira.

Melhorias implementadas: desenvolveu-se um *check list* para as serras, e os principais itens que devem ser inspecionados, bem como a frequência e o tipo de verificação que deve ser feita em cada item, que foram definidos através do estudo sobre o equipamento, e conversas com os colaboradores.

para corredores e armazenamento de materiais, devidamente demarcadas com faixa nas cores indicadas pela NR 26. (GUIA TRABALHISTA, 2011)

²¹ A distância mínima entre máquinas e equipamentos deve ser de 0,60m (sessenta centímetros) a 0,80m (oitenta centímetros). Além da distância mínima de separação das máquinas, deve haver áreas reservadas

Definiu-se como item número 01 do *check list*, a limpeza da bancada da máquina de serra, pois verificou-se que a limpeza é realizada somente quando apresenta excesso de limalhas. Esta verificação deve ser realizada diariamente, garantindo que a bancada esteja limpa, sem limalhas ou retalhos dos tubos cortados, garantindo a higiene e organização do local de trabalho, sendo efetuada visual e manualmente.

Como item número 02, a inspeção do motor da máquina, que deve ser verificado diariamente, se está trabalhando de forma correta, sem ruídos ou anormalidades, através de uma inspeção visual e auditiva. O item de número 03 é a verificação diária dos filtros, de forma visual, observando se os poros não estão entupidos ou com alguma anormalidade, para que o fluido de corte já utilizado possa retornar de forma fácil e correta para o reservatório, de onde ele será reaproveitado.

O item de número 04, é a verificação visual e diária da bomba, se o fluido refrigerante está chegando limpo para o posterior reaproveitamento, e se a bomba não apresenta anormalidades em seu funcionamento. Se o fluido de corte a ser reaproveitado não estiver devidamente limpo e filtrado, as sujidades que vão ao encontro da sucção da bomba podem gerar danos.

A inspeção visual e manual da serra fita, no item número 05, deve ser realizada diariamente, garantindo que não haja danos na mesma, e que esteja em boas condições de utilização. O fluido de corte, no item 06, deve ser verificado e trocado quinzenalmente, verificando se não está abaixo do nível e senão apresenta excesso de sujidade, evitando problemas de mau funcionamento da máquina.

A lubrificação da máquina de serra, no item 07 do *check list*, deve ser verificada e efetuada mensalmente, de forma visual e manual, sendo feitas a lubrificação e as verificações necessárias para que a máquina funcione normalmente. E conforme está definido no item 08, mensalmente deve-se fazer uma inspeção geral, em toda a unidade, procurando vazamentos, porcas e parafusos soltos. O documento foi fixado nas máquinas de serra fita em um local de fácil acesso.

O *check list* deve ser verificado pelo colaborador responsável pela máquina, onde deve preencher seu nome no cabeçalho do documento, e mensalmente o deve ser auditado por um responsável da manutenção, que irá fazer a conferência dos dados e se a tarefa está sendo efetuada nos períodos prescritos, contendo no rodapé do

documento a assinatura do responsável e data da auditoria.

Benefícios gerados: os colaboradores afirmaram que o *check list* de verificações otimizou os processos, pois a limpeza dos filtros e troca do fluido é realizada somente quando o estado está crítico. E algumas vezes é realizada em um curto período, outras vezes o período é mais longo, este *check list* auxilia na padronização do período de realização de cada ação.

iv. Furação

Na célula de recuperação o colaborador analisa tudo que precisa ser feito na embalagem, e se necessário ocorre também a furação, que é realizada por furadeiras portáteis utilizadas nas células de recuperação, ou por furadeiras de bancada, instaladas no pavilhão 3.

Análise de oportunidades de melhoria: a) Como oportunidade de melhoria, no setor produtivo observou-se que não há identificação de área designada para a célula de recuperação, também não há um local adequado para o colaborador guardar seus materiais e ferramentas de trabalho.

As ferramentas e equipamentos pertencentes a este setor não possuem identificação, muitas vezes o colaborador toma alguma ferramenta emprestada de outros setores, por motivo de dificuldade de localização e acaba deixando aquela célula deficitária em razão da falta de equipamentos e ferramentas, e por não possuir identificação, os materiais acabam se perdendo.

b) Também verificou-se que quando o equipamento apresenta algum tipo de falha ou defeito, é colocado em algum depósito, muitas vezes junto aos que estão funcionando, e quando surge a necessidade de utilização daquele equipamento, não está funcionando, e só é percebido quando surge sua necessidade, e não há informações sobre o que ocorreu com ele.

Quando o equipamento sai para reparo, não tem como saber qual o seu defeito e/ou a possível causa, para tentar evitar o dano, em alguns casos o próprio responsável pela manutenção poderia resolver, mas sem a identificação de qual o dano do equipamento, ele é levado para manutenção externa, gerando custos e maior tempo de retorno, pois não é realizado na cidade onde está situada a indústria. O profissional responsável pela manutenção poderia resolver casos mais simples de danos, se estes estivessem identificados.

c) No local onde estão dispostas as furadeiras de bancada, percebe-se que o espaço entre elas não permite que dois operadores as operem ao mesmo tempo, pois estão muito próximas, há sujidades nas bancadas e

materiais diversos obstruindo sua área. Além de não possuírem sua área definida e demarcada, o espaçamento entre elas não está de acordo com a NR 12, e não têm nenhum tipo de *check list* para manutenção preventiva, somente quando ocorre o dano ele é resolvido.

Sugestão de melhoria: a) Como oportunidade de melhoria para os equipamentos que são levados para outros postos, sugere-se as ferramentas e equipamento tenham uma identificação com o número do posto, além de um quadro sombra identificando as ferramentas utilizadas no setor.

b) Para os equipamentos danificados sem identificação sugeriu-se através de conversas com funcionários, e observações realizadas na empresa, colocar uma ficha de identificação, onde constam informações sobre qual equipamento se refere, o funcionário que identificou o dano, data, descrição do defeito e a possível causa, e junto a isso também se sugeriu definir um local para colocá-los.

c) Sugere-se que no local onde as furadeiras de bancada estão alocadas, seja demarcado através de pintura no chão sua área, bem como removidos os materiais que não são utilizados no setor.

d) Sugeriu-se a implementação de um *check list* também para as furadeiras de bancada, com inspeções periódicas, de limpeza, verificação do motor, correias, e inspeções gerais, que devem ser realizadas através de verificações visuais, manuais e auditivas.

O *check list* deve ser verificado pelo colaborador responsável pela máquina, que deve constar seu nome no cabeçalho do documento, no campo onde pede a identificação do colaborador. E mensalmente o *check list* deve ser auditado por um responsável da manutenção, que irá fazer a conferência dos dados e se a tarefa está sendo efetuada nos períodos prescritos, contendo no rodapé do documento a assinatura do responsável e data da auditoria. Ao final de cada mês a planilha deve ser substituída, e a do mês anterior arquivada para uma possível auditoria externa.

Melhorias implementadas: com a necessidade da identificação dos equipamentos danificados, e seus danos, desenvolveu-se de uma ficha para anexar junto ao equipamento, elaborou-se então, a ficha de equipamento danificado contendo o nome do equipamento., nome do funcionário que identificou o dano, data, descrição do defeito e possível causa.

Esta ficha fica disponível para os funcionários, onde sempre que for registrado algum caso de equipamento danificado, o funcionário que percebeu a

anomalia deve preencher os campos da ficha, e anexar ao equipamento. Para isso todos os funcionários receberam um treinamento de como utilizá-la. E designou-se um local no pavilhão 1 para colocá-los.

d) Foi desenvolvido um *check list* para as furadeiras, com o intuito de garantir que as informações contidas no *check list* estavam corretas e de fácil entendimento, buscou-se junto aos colaboradores que operam a serra uma avaliação do material. Depois de uma breve explicação da sua função, todos os colaboradores afirmaram entender o documento e se mostraram dispostos a seguir seus passos.

O *check list* é composto por 05 itens que devem ser verificados, são eles: item número 01, limpeza da bancada da furadeira, pois verificou-se que a limpeza é realizada somente quando apresenta excesso de limalhas e fluido refrigerante, esta verificação deve ser realizada diariamente, garantindo que a bancada esteja limpa, sem limalhas ou retalhos dos tubos cortados, garantindo a higiene e organização do local de trabalho, sendo efetuada visual e manualmente.

Como item número 02, a inspeção do motor da máquina, que deve ser verificado diariamente, se está trabalhando de forma correta, sem ruídos ou anormalidades, através de uma inspeção visual e auditiva.

Item 03, a correia deve ser verificada diariamente, de forma visual, verificando algum desgaste, ressecamento ou folga. O item 04, diz respeito a verificação visual das polias, esta verificação deve ser feita quinzenalmente, verificando se estão fixadas corretamente.

E conforme está definido no item 05, mensalmente deve-se fazer uma inspeção geral, em toda a unidade, procurando alguma anormalidade, que possa diminuir a vida útil do equipamento. O documento foi fixado na área das furadeiras, em um local de fácil visualização e que não atrapalha a utilização do equipamento.

Benefícios gerados: através da implementação da ficha de equipamento danificado, 40% dos casos foram solucionados pelo funcionário responsável pela manutenção na empresa, gerando assim, economia e os equipamentos podem ser utilizados novamente em menor espaço de tempo. Um equipamento que ia para manutenção externa ficava pelo menos dez dias fora, e agora o tempo foi reduzido para três dias, apenas o tempo que o profissional utiliza para o conserto e/ou que a peça danificada demora para vir.

O *check list* desenvolvido auxiliou na detecção de defeitos antes de ocorrer, bem como garantia de um produto final de qualidade. Os colaboradores relataram que o *check list* seria um meio de aumentar a vida útil do equipamento, pois os problemas poderiam ser diagnosticados quando ainda estava no começo, o que facilitaria seu conserto antes de gerar maiores danos e maiores custos. Portanto, a implementação deste *check list* foi considerada bastante válida pelos entrevistados.

v. Dobra

A próxima atividade após a furação é o processo de dobra que, para pequenas conformações a empresa dispõe de morsas e bigornas, dispostas em cada uma das células de recuperação, e se a demanda for maior no setor de dobra para peças maiores a empresa dispõe de uma prensa viradeira hidráulica.

Análise de oportunidades de melhoria: assim como no setor de corte, onde estão alocadas a guilhotina e a prensa viradeira hidráulica, percebe-se que não há a devida identificação da área do setor, e as embalagens de outros postos acabam obstruindo ou diminuindo o espaço do setor. O operador da prensa acaba muitas vezes tendo que organizar seu espaço, antes de começar suas atividades, ou tendo que desviar de objetos que não deveriam estar no local, e pertencem a outros postos de trabalho.

Sugestão de melhoria: para que a área do setor de corte não seja obstruída por materiais de outros postos, sugere-se que a área seja sinalizada com pintura no chão, identificando seu local e definindo seu espaço.

vi. Solda

Nas células de solda é utilizado o processo MIG, atualmente a empresa conta com 9 soldadores, com um aparelho disponível em cada célula, os soldadores além de desempenhar sua função, realizam todo o processo que envolve a manutenção de embalagens, como por exemplo a realização de corte, furação, dobra e acabamentos.

A solda é uma das atividades que tem maior representatividade na indústria estudada, pois conforme está descrito na figura 08, 85,5% das embalagens que chegam para manutenção passam por este processo. Na figura 08 é possível verificar uma célula de recuperação de embalagens.

Figura 6 - Célula de recuperação de embalagens



Fonte: MÜLLER; CHAPOVAL NETO (2018).

Análise de oportunidades de melhoria: na maioria das células de recuperação onde ocorrem processos de solda, esmerilhadeiras e lixadeiras, não é utilizada a cortina de solda, que consiste em um equipamento de proteção coletiva, que deve ser utilizado. Devido a isso, os colaboradores que trabalham nas células ao lado, ou até mesmo alguém que passa no corredor acaba sendo atingido por limalhas de ferro aquecidas e radiações.

Sugestão de melhoria: sugere-se que as cortinas de solda disponíveis na empresa sejam utilizadas de forma correta cobrindo a célula de recuperação, e caso haja a falta deste EPC ou o mesmo esteja danificado, que se solicite um novo ao setor responsável.

Melhorias implementadas: realizou-se um pequeno treinamento, onde abordou-se o tema segurança, citando a importância da utilização dos EPC's, e sobre a utilização correta das cortinas de solda.

Benefícios gerados: através deste treinamento, os colaboradores ficaram cientes sobre a importância da utilização dos EPC's, e sobre a utilização correta dos mesmos.

vii. Acabamento I

O mesmo colaborador que iniciou a reforma realiza o primeiro acabamento, e acontece na própria célula de recuperação, onde ocorre a remoção das rebarbas e excessos de solda para a embalagem finalizar seu processo na célula.

Este processo é solicitado apenas quando a embalagem possui alto grau de criticidade, ou o soldador, não tem muita prática, pois através de entrevistas realizadas, na maioria das células este processo não é demandado, e através do estudo histórico em planilhas, verificou-se que apenas 5% das embalagens necessitam o acabamento.

Mas este processo não pode ser deslocado ou extinto, pois antecede a pintura, e se estes pequenos acabamentos não são realizados, a pintura pode apresentar baixa qualidade, necessitando retrabalhos.

viii. Pintura

Após concluído o processo, a embalagem precisa seguir para o setor de pintura, onde a embalagem passa antes por um tratamento de superfície, decapante, desengraxante e fosfatizante, composto basicamente de ácidos inorgânicos fosfatos solúveis e sais inorgânicos, posteriormente as embalagens são pintadas com pistola através da pulverização, onde um equipamento pulveriza as embalagens, por ar comprimido em uma cabine de pintura.

Análise de oportunidades de melhoria: a) A embalagem conclui seu processo em célula e sugue para a pintura, porém ocorre algumas vezes que o setor já está ocupado, gerando espera das embalagens. Então, devido à falta de espaço dentro do pavilhão, elas são levadas para a área externa, e o relatório que foi anexado logo no primeiro posto, precisa ser removido, pois, ele fica exposto as intempéries climáticas, podendo danificar e apagar as informações

Quando o setor de pintura está com demanda menor, esta embalagem é buscada da área externa, e acaba acontecendo de não ter mais o relatório, devido à perda e/ou extravio. Com isso, os colaboradores pelos quais a embalagem passou precisam preencher um novo relatório, e as informações já não são mais as corretas, devido ao grande número de embalagens industrializadas diariamente.

b) Após finalizado o processo de pintura da embalagem, a mesma é alocada em diversos locais dos pavilhões para efetivar o processo de secagem da tinta, não tendo um local adequado, e as embalagens acabam interferindo o processo de outros setores, impedindo a passagem de pessoas e máquinas.

Quando não há espaço disponível na área internado pavilhão a embalagem levada para terminar a secagem da tinta na área externa, ficando exposta ao tempo e poeiras. Se acontece de chover ou o vento gerar

poeira, estas acabam por danificar a pintura recém feita, causando retrabalhos.

Sugestão de melhoria: a) Sugere-se que para o caso de extravio de relatórios, seja anexado logo no recebimento um relatório plastificado, contendo o código da embalagem, que pode ficar exposto as intempéries climáticas sem sofrer danos.

b) A sugestão para a área de secagem das peças recém pintadas, é que seja definido uma área coberta, específica para esta finalidade, para que não estejam diretamente expostas às intempéries climáticas e a poeira.

Melhorias implementadas: implementou-se como teste em aproximadamente 50 embalagens este novo relatório, agora plastificado que já contém o código da embalagem desde a chegada das embalagens.

Benefícios gerados: através da utilização de relatórios plastificados, não ocorreram mais percas de informações, pois ele pode ficar exposto as intempéries climáticas sem sofrer danos, o caso que ocorria de o colaborador não saber o código da embalagem também foi solucionado, pois agora o código já é preenchido na chegada das embalagens. Também gerou economia de papel e impressões, pois agora o relatório pode ser reutilizado.

ix. Montagem das proteções

O setor de aplicação de proteções, é onde os colaboradores aplicam através de cola ou rebite EVA²², tecnil²³ e/ou carpete²⁴ nas embalagens, que tem a função de diminuir o atrito entre a peça e embalagem, para que as peças a serem transportadas não risquem e/ou danifiquem com o atrito da embalagem.

Análise de oportunidades de melhoria: a) Verificou-se que a empresa não dispõe atualmente, de um local adequado para armazenamento das matérias-primas para este setor, as placas de EVA, tecnil e os rolos de carpete ficam em cima de pallets e em locais inadequados, o que acaba danificando-os.

b) É neste mesmo setor, após a colagem de proteções que ocorre o acabamento II, que consiste em remover rebarbas e resíduos decorrentes do processo.

²² EVA - processo de alta tecnologia que mistura Etil, Vinil e Acetato (E.V.A.), que resulta em placas emborrachadas, amortecedores de quedas e impactos, e reduzem atritos (EUREKA, 2016).

²³ Tecnil – (nylon) é um termoplástico, obtido a partir da poliamida, cujas excelentes propriedades mecânicas, elétricas e térmicas, permitem as mais variadas aplicações, nos mais

diversos ramos da indústria, por sua leveza, baixo coeficiente de atrito, isolamento elétrica, boa resistência à fadiga e a agentes químicos, o torna vantajoso (_____, 2015).

²⁴ Carpete - oferece uma superfície antiderrapante muito utilizado para revestimentos e pisos. É flexível, durável e apresenta baixo custo (CLICKREFORMA, 2018).

Percebeu-se através dos dados da figura 09, que em seis meses, apenas 3,3% do total de embalagens necessitaram passar pelo acabamento II, quando atualmente todas as embalagens são verificadas por um colaborador, gerando atrasos e acúmulo de embalagens.

Sugestão de melhoria: a) Sugeriu-se e remoção de dois sanitários que já não estavam mais em uso, e o local era utilizado para guardar ferramentas e equipamentos já sem utilidade na indústria. E neste local colocar prateleiras para armazenamento de tintas, já que fica ao lado da cabine de pintura, e guardar EVA's, tecnil e colas.

b) Recomendou-se ainda, que acabamento II seja extinguido, pois o número de embalagens que necessitam de acabamento é muito baixo, e esta tarefa pode ser realizada no próximo setor, que é a revisão final.

Melhorias implantadas: os sanitários foram extintos, e o local serviu para armazenamento de tintas, placas EVA's, rolos de carpete, tecnil e colas, utilizados nos processos de pintura e montagem de proteções, que estão alocados no mesmo pavilhão, facilitando o acesso e com cada material devidamente identificado. O acabamento II também foi extinto, e atualmente o processo de acabamento após a colagem das proteções é realizado na revisão final.

Benefícios gerados: o local de armazenamento agora é de fácil acesso, e os materiais estão identificados, facilitando também o setor de compra, pois é fácil a visualização de quantidades de cada material. E com a extinção do acabamento II, o colaborador responsável pode realizar a revisão final, que atualmente não ocorre em todas as embalagens.

x. Revisão final

Atualmente não existe um profissional definido para atuar na revisão final, e o processo que deveria ser realizado em todas as embalagens, ocorre somente em embalagens com alto grau de criticidade e embalagens novas.

Análise de oportunidades de melhoria: o setor não tendo um profissional definido para realizar a revisão, algumas embalagens acabam sendo expedidas sem revisão, e quando chegam no cliente precisam ser retrabalhadas.

Sugestão de melhoria: sugere-se que tenha um profissional exclusivo para realizar a revisão final completa da embalagem, e que este, revise também o relatório anexo, para posteriormente encaminhá-lo ao setor responsável.

Melhorias implementadas: definiu-se que o profissional que antes era responsável por realizar o acabamento II, faça a revisão final das embalagens recuperadas, antes de ocorrer a devolução ao cliente, dois colaboradores receberam treinamento, se caso um não estiver no dia, o outro fica responsável.

Benefícios gerados: com a conferência de todas as embalagens industrializadas, as oportunidades de melhorias são visualizadas antes de ocorrer a entrega a cliente, reduzindo o número de não conformidades vistas pelo cliente.

Quando o profissional da revisão libera a embalagem, o responsável pela empilhadeira transporta a embalagem para o pátio onde as embalagens concluídas ficam alocadas, aguardando o pedido de devolução para o cliente. Ao final deve-se entregar o relatório completo, contendo o código (nome) da embalagem, juntamente com os materiais e tempo despendido para manutenção, que é encaminhado para o setor administrativo para posteriormente gerar os custos de cada embalagem e formar o valor de venda.

xi. Estoque de materiais consumíveis e EPI's

No estoque de materiais consumíveis, são armazenados os materiais utilizados para realizar os processos produtivos, como os discos de corte, discos de desbaste, brocas, latas de cola, baldes de graxa, anti-respingo para solda, arrames de solda, entre outros. Neste mesmo local são guardados os EPI's e uniformes.

Análise de oportunidades de melhoria: o almoxarifado de materiais consumíveis e EPI's fica em uma sala dentro do escritório, e cada vez que se necessita algum material, é necessário que alguém abra a sala e pegue o material, gerando a necessidade de se ter um profissional em tempo integral responsável por este almoxarifado. E quando este responsável não se encontra, o colaborador precisa aguardar seu retorno, gerando atrasos no processo e parada da célula de produção.

Sugestão de melhoria: sugeriu-se que o almoxarifado de EPI's e uniformes seja deslocado para outra sala, onde atualmente são guardados arquivos e documentos, e há espaço disponível. E os materiais consumíveis sejam alocados em um local dentro do pavilhão com prateleiras, visando facilitar o acesso.

Melhorias implementadas: o almoxarifado de EPI's foi alocado em outra sala, dentro do escritório, e quando surge a necessidade de troca de EPI, o responsável é acionado. O almoxarifado de materiais consumíveis foi alocado no pavilhão 02, facilitando o

acesso dos colaboradores aos materiais. Juntamente com os materiais consumíveis foram alocados também algumas matérias primas, como pinos, parafusos, porcas, arruelas, entre outros, que não tinham um local devidamente definido para seu armazenamento.

Benefícios gerados: os EPI's agora possuem um local próprio para seu armazenamento, não ficando mais junto aos demais materiais utilizados na produção. E o almoxarifado de materiais consumíveis alocado no pavilhão 2, facilitou o acesso dos profissionais a os materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor metal mecânico possui grande representatividade entre as indústrias, e, com isso, se torna importante otimizar os processos produtivos, que pode ser possível, através da utilização do mapeamento de processos. Esta ferramenta permite ao gestor, ter uma visão sistêmica, e detalhada dos pontos fortes da empresa, e das oportunidades.

O presente estudo apresentou como problema: quais ações de melhoria podem contribuir no processo de manutenção de embalagens metálicas a partir do mapeamento de processos? E para responder a este problema, foram elaboradas 21 propostas de melhoria, e destas, 12 foram implementadas na indústria, sempre visando a redução de perdas no processo de manutenção de embalagens metálicas, que era o objetivo geral do estudo e foi alcançado a partir das propostas.

O primeiro objetivo específico: apresentar as embalagens que a empresa faz a manutenção, foi contemplado a partir do estudo documental. O segundo objetivo específico: realizar o mapeamento dos processos, também foi atingido, através das visitas realizadas à empresa, estudo e mapeamento detalhado de cada etapa e atividade.

O terceiro objetivo específico: identificar oportunidades de melhorias, foi alcançado em cada setor, nos tópicos que compõem o mapeamento de processos juntamente com o quarto e quinto objetivos: propor ações de melhoria, e apresentar os benefícios que a proposta pode gerar, a partir do estudo e análise do mapeamento do processo, da análise das informações coletadas, acompanhamento do processo e entrevistas com o gestor da empresa. Para estudos futuros sugere-se a continuidade da pesquisa, buscando outras oportunidades de melhoria, e um estudo do retorno econômico e financeiro gerados a partir das propostas sugeridas no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração da Produção: uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. ISBN 8535216316.

CLICKREFORMA. **Benefícios e vantagens do uso do carpete**. 2018. Acessado em: 15/10/2018. Disponível em: <https://clickreforma.com.br/dicas.php?dicas&dica_id=33>.

EUREKA. **O que é placa de E.V.A**. 2016. Acessado em: 15/10/2018. Disponível em: <<http://www.eurekaeva.com.br/artigos/o-que-e-placa-de-e-v-a>>.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. ISBN: 978-85-386-0071-8.

GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto; EVANGELISTA SANTOS, Mário Luis dos. **Metodologia da pesquisa**. Três de Maio: SETREM, 2007. ISBN 8599020013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2012. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7 ed. São Paulo: Atlas. ISBN 9788522448784.

LIMA, João Paulo Cavalcante; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; PELEIAS, Ivam Ricardo. 2012. **Estudos de caso e sua aplicação: Proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade**. Ribeirão Preto: Revista de Contabilidade e Organizações. Acessado em: 24/01/2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/45403/49015>>.

LOVATO, Adalberto. 2013. **Metodologia da pesquisa**. Três de Maio: SETREM. ISBN 9788599020050.

MACHADO, Simone Silva. 2012. **Gestão da Qualidade**. Inhumas: IFG. Acessado em: 13/03/2018. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_prd_industr/tec_acucar_alcool/161012_gest_qual.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 2013. **Manual de Gestão por Processos**. Brasília: Ministério Público Federal. Acessado em: 24/03/2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/escritorio-de>>.

processos/publicacoes/livros/manualdegestaoporprocessos.pdf>. ISBN 9788585257064.

NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-26. Sinalização de segurança** 2009. Acessado em: 27/09/2018. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr26.htm>>.

OLIVER, Paulo Roberto Costa. 2010. **Projetos de ECM/BPM**. Volume 1. 1ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas. ISBN 9788578936716.

PASQUALINI, Fernanda; LOPES, Alceu de Oliveira; SIEDENBERG, Dieter. 2010. **Gestão da Produção**. Acessado em: 02/09/2018. Disponível em: <<http://files.aluno-adm.webnode.com/200000042-f066cf2595/ADMINISTRA%C3%87%C3%83O%20DA%20PRODU%C3%87%C3%83O%20E%20OPERA%C3%87%C3%95ES.pdf>>.

PEINADO, Jurandir; GRAEML, Alexandre Reis. 2007. **Administração da produção: operações industriais e de serviços**. Curitiba: UNICEMP. Acessado em 11/03/2018. Disponível em: <<http://www.paulorodrigues.pro.br/arquivos/livro2folhas.pdf>>.

PERIARD, Gustavo. 2010. **Produção puxada e empurrada – Conceito e aplicação**. Acessado em:

02/09/2018. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/producao-puxada-e-empurrada-conceito-e-aplicacao/>>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. 2013. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Acessado em 27/02/2018. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>.

SCARTEZINI, Luís Maurício Bessa. 2009. **Análise e Melhoria de Processos**. Acessado em: 27/07/2018. Disponível em: <<http://siseb.sp.gov.br/arqs/GE%20B%20-%20An%C3%A1lise-e-Melhoria-de-Processos.pdf>>.

VEIGA, Mariana. 2010. **O que é check list e qual sua importância?** Acessado em 12/03/2018. Disponível em: <<http://blog.sucessolab.com/checklist-o-que-e-e-qual-e-a-sua-importancia/>>.

_____. 2015. **NYLON 6.0 (TECNIL)**. Acessado em: 15/10/2018. Disponível em: <<http://www.ferroeacoparana.com.br/produtos/produtos-detalle/nylon-60-tecnil>>.